INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Demografia de Macau, 1770-1850

Diogo Filipe Correia Queijo

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientador:
Doutor Paulo Teodoro de Matos, Professor Auxiliar
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

Demografia de Macau, 1770-1850

Diogo Filipe Correia Queijo

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientador:
Doutor Paulo Teodoro de Matos, Professor Auxiliar,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025

Para a minha Avó.

Agradecimento

A presente dissertação de mestrado revelou-se um projeto com muitos altos e baixos, mas que foi particularmente enriquecedor para mim, tanto de um ponto de vista pessoal como académico. Cresci imenso enquanto individuo e atingi algo que nunca pensei que fosse possível quando entrei no ensino superior. Isto nunca teria sido possível sem um conjunto de pessoas que se revelaram essenciais.

Primeiramente, queria agradecer à minha família por todo o seu apoio ao longo da minha jornada, tanto na licenciatura como no mestrado. Aos meus pais, Carlos e Maria, e ao meu irmão, André, um obrigado.

À Maria Ana, parceira e amiga que me acompanhou praticamente desde o início do projeto. Indubitavelmente uma peça fundamental para mim na conclusão deste mestrado. Sempre presente e motivadora em todos os momentos. Sem ti isto nunca teria sido possível.

À Brownie, companheira de todas as horas, este trabalho também é um pouco teu.

Queria especialmente agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Paulo Teodoro de Matos por toda a sua paciência, por me guiar durante todo este processo e por ter sido sempre uma força motivadora. Sem as suas notas e indicações este trabalho nunca teria sido possível. A todo o empenho que colocou em mim e no meu trabalho, um simples obrigado não chega e este pequeno parágrafo não faz jus a toda a gratidão que sinto.

Não podia deixar, igualmente, de estender uma nota de agradecimento aos meus colegas que me acompanharam na licenciatura e no mestrado. Ao Francisco, ao Miguel e ao Tomás, o melhor grupo de amigos que já tive, sem eles não teria sido possível chegar tão longe.

Por fim, queria dedicar este trabalho a uma das pessoas mais especiais da minha vida, a minha Avó. Este trabalho é para ti.

Resumo

Este trabalho procura analisar demograficamente a população de Macau entre 1770 e 1850, com recurso a uma série de "mapas populacionais" produzidos no território e enviados para a metrópole. Os mapas apresentam uma periodicidade irregular – embora possibilitem – identificar uma série de características demográficas, seja ao nível da classificação social como a evolução da população e a razão de sexos. Para além disso, é igualmente possível constituir as estruturas etárias e o número de casamentos, batismos e falecimentos. Com estes dados foi possível aferir que em termos globais a população de Macau, passa por três fases distintas, duas de descida e uma subida que fazem com os numeramentos iniciais coincidam liminarmente com os finais. Ao nível da razão de sexos, comprova-se a existência de uma população maioritariamente feminina, independentemente de se tratar de habitantes livres ou não livres. No que respeita ao estatuto jurídico, os livres vão ganhando peso na sociedade macaense, o contrário sucedendo aos não livres. Pouco se sabe, entretanto, da população chinesa que residiria em Macau, apenas aproximações muito brutas, dado que a sua contagem não era oficialmente permitida pelo Império Chinês por razões políticas.

Palavras-chave: Macau; População; Demografia; Império Português;

Abstract

This works aims to demographically analyse the population of Macau between 1770 and 1850, using a series of “mapas populacionais” (population charts) produced in the territory and sent to the metropolis. The maps feature an irregular periodicity – although enables – an identification of a series of demographic characteristics, whether at the social classification level, the population evolution or the sex ratio. Beyond that, it’s also possible to construct age structures and the number or marriages, baptisms and deaths. With this data it was possible to measure that, generally speaking, the population of Macao goes through three different phases, two downhill and one uphill, that make the initial numbers coincide with the final ones. At the sex ratio level, it’s proven the existence of population largely feminine, independent of being free or non-free inhabitants. Regarding the legal status, the free population will gain an increasing weight in the Macanese society, at the expense of the non-free population. Litle is known about the Chinese population that would reside in Macau, only very rough approximations, since their count was not officially permitted by Chinese Empire, due to political reasons.

Keywords: Macao; Population; Demographic; Portuguese Empire;

Índice

Agradecimento iii

Resumo v

Abstract vii

Introdução 1

Capítulo 1. Contextualização económica, política e social de Macau 7

Capítulo 2. As fontes e os desafios metodológicos 21

Capítulo 3. A evolução demográfica, 1770-1850 29

3.1. As tendências nas freguesias de Macau 35

3.2. Composição social / estrutura social de Macau 37

3.3. Relação de sexos 43

3.4. A população chinesa 47

3.4.1. Os Coolies em Macau 49

3.5. As estruturas etárias no território 52

3.6. Batismos, casamentos e falecimentos 56

Capítulo 4. Conclusões 61

Fontes 67

Referências Bibliográficas 69

Iconografia 73

Anexos 75

Introdução

Nos auspícios do império colonial português formou-se, no Extremo Oriente, o que provavelmente seria uma das suas possessões mais peculiares, seja a nível demográfico (e por consequente social), seja pelo seu estatuto político administrativo único entre dois impérios, que deixava os seus habitantes divididos. Macau, como ficaria conhecida, foi durante largos séculos uma das únicas portas de entrada do Ocidente no Império do Meio e tornou-se na última peça do outrora império colonial português a ser libertada em 1999, após mais de 400 anos de domínio português.

Macau apresentava em si e durante toda a sua história um conjunto de particularidades a nível político que teriam um forte impacto na forma como a sua população era vista pelas autoridades portuguesas. O domínio português era frágil e esteve, durante largos séculos, perante uma China que via o território ocupado como uma oportunidade económica, mas também um possível perigo à sua estabilidade interna. Esta dualidade de pensamento vai levar a que Macau circule constantemente num cuidadoso limbo diplomático para garantir a sua sobrevivência, que se iria refletir na sua política interna que revelaria um nível razoavelmente alto de independência para com as autoridades, tanto metropolitanas como de Goa. Daqui resultariam, invariavelmente, alguns atritos com os enviados do poder central (Vale 2006). Dual também acabaria por ser a sua população, fundamentalmente dividida entre quem estaria sob o jugo das autoridades portuguesas e dentro da esfera das autoridades imperiais. Os numeramentos realizados em Macau, que se pensa que teriam como base os róis de confessados das igrejas de cada uma das freguesias do território, irão refletir de forma muito clara estas questões políticas com o Império do Meio, através da não inclusão da população chinesa nos mapas enviadas para Lisboa. Na verdade, viriam a existir algumas contabilizações, embora a fiabilidade dos dados seja objeto de algumas interrogações.

Perante estas particularidades o território de Macau é ainda hoje alvo de algum interesse do ponto de vista da sua história demográfica. Focando-nos apenas nos séculos XVIII e a primeira metade do século XIX, temos já alguns trabalhos realizados ao nível da população. Damos destaque a Susana Münch Miranda e Cristina Seuanes Serafim (2001) pela análise não apenas dos números, mas também da estrutura social macaense no século XVIII. Parece plausível que a organização social encontrada por estas autoras se mantivesse nas primeiras décadas do século XIX. Outro historiador com obra importante no domínio da população de Macau é António Vale, especialmente no que toca ao século XVIII, que no seu artigo *A Sociedade Macaense no Antigo Regime* (2013) sistematiza as diversas fontes

disponíveis para a quantificação da população desde o século XV a inícios do século XX e procede a um exaustivo exame das mesmas. Naturalmente, os dados até inícios do século XVIII são sobretudo aproximações e servem sobretudo compreender as linhas gerais do comportamento populacional. Mesmo em algumas datas posteriores os elementos demográficos carecem de alguma exatidão. Note-se também que muitos dos dados expostos carecem de uma maior profundidade, não existindo uma divisão de sexos ou etária. Mesmo no que respeita às categorias a distinção é fundamentalmente entre cristã e chinesa. Do mesmo autor referiram outras obras (1997, 2006) com um elevado grau de profundidade no estudo da sociedade macaense, sobretudo ao nível da evolução da sua população. Mais recentemente, Diana Rato (2017) apresentou o quadro populacional da colónia até inícios da década de 1830s, embora a partir de um conjunto mais limitado de fontes. De um modo geral, já vários autores e investigadores traçaram as linhas gerais para os movimentos populacionais, demonstrando até certo ponto qual seria a realidade presumível para estas primeiras cinco décadas do século XIX. Perante este cenário, o presente trabalho procura dar continuidade a esses estudos, com o principal objetivo de procurar e integrar dados demográficos mais aprofundados para o período e, seguidamente, tratar essa informação de modo a enquadrá-la com a bibliografia já existente sobre o tema.

Para isso, o trabalho encontra-se dividido em três capítulos. Inicia-se pela contextualização do objeto de estudo, neste caso Macau e a sua população. Procura-se caracterizar o território, geograficamente, mas também historicamente, componentes que têm um grande impacto sobre a forma como a sua população iria evoluir ao longo do tempo. Aqui o foco é explicar como o carácter provisório, e pouco definido de um ponto de vista jurídico da colónia, iria afetar a sociedade macaense. São aspetos essenciais para se entender como se chega a finais do século XVII e às primeiras décadas do século XIX, sem uma posição política clara relativamente ao território por parte das autoridades de ambos os países. Nessa mesma linha de pensamento é relevante compreender como o século XIX nos trouxe uma série de mudanças a nível da política regional, com uma maior penetração de outras potências ocidentais na China que, embora estivessem presentes nas rotas comerciais, com as Guerras do Ópio vão alcançar um nível de intromissão na política interna chinesa impensável umas meras décadas antes. Os portugueses vendo a posição vulnerável do Império Chinês, tanto interna como externamente, e a forma como outras potências ocidentais estavam a capitalizar com isto, vai tentar trilhar o mesmo caminho. Disto isto, este capítulo mostra-nos como e porque é que se irá materializar esta mudança de política externa ao longo do século XIX.

No mesmo capítulo encontramos uma caracterização sobre os diferentes grupos sociais que habitavam em Macau. Este campo acaba por ser importante na medida em que as informações que os mapas nos oferecem podem ser limitadas, dado que os numeramentos eram categorizados de forma muito

generalizada sendo a divisão mais usual entre a população livre e não livre, mas é importante conhecer quem está dentro de cada um desses grupos. Existem estratos sociais que decerto que estariam incluídos, como os reinóis ou os nhons, mas existem outros grupos sobre os quais não existem garantias com os dados atualmente disponíveis, como os chineses convertidos e os estrangeiros, por exemplo. De qualquer das formas, o que é importante reter neste capítulo é a caracterização geral da sociedade macaense, como realmente estava dividida hierarquicamente não só do ponto de vista social, mas também político e quais seriam as categorias onde se concentraria o poder dentro da colónia.

O segundo capítulo pretende dar o contexto teórico das fontes primárias a que temos acesso. Compreender porque é que estes mapas foram criados, com que ordens régias e qual o propósito final das autoridades são questões importantes a colocar. Para além disso, a forma como a informação era recolhida nestes mapeamentos é, igualmente, de interesse e objeto de estudo, não só de onde seria retirada, mas quem seriam as entidades envolvidas em todo este longo processo, que repetir-se-ia todos os anos. Nesta parte, apresentamos igualmente qual era a informação que estes mapas nos traziam ao nível de géneros e categorias. Os numeramentos vão apresentando estruturas distintas ao longo da série, ainda que seja possível estabelecer algumas tendências, como iremos observar. Esta informação é vital para se conseguir organizar a informação a apresentar e o leitor ter noção das valências e limitações das fontes primárias.

Por fim, a última parte do presente estudo aborda a análise demográfica dos dados obtidos através dos numeramentos. Através de indicadores demográficos procura-se dar a entender qual a presumível realidade encontrada em Macau durante este intervalo de tempo de 80 anos. Procura-se, também, através da comparação com outros pontos do império português, com algumas características semelhantes às que encontrávamos no território macaense, estabelecer se os números presentes em Macau seriam normais para esta parte do império colonial ou outsiders. Isto é realizado pela análise das tendências e evoluções da população, no total e dos seus diferentes grupos, onde encontramos a população livre e não livre, divididas sempre que possível por idades e sexo. A população chinesa também entra na equação ainda que com muitos menos dados disponibilizados. Ao nível da população contabilizada procura-se identicamente estabelecer tendências territoriais sem esquecer o nível da freguesia. Será que a tendência se manteve análoga ao longo de toda a série? Para além disso introduzimos ainda dados sobre os fogos existentes em Macau, interessantes para se observar qual seria a média de habitante por fogo.

No que respeita ao estado da arte, um ponto importante a referir é a dificuldade de aferir fontes e estudos realizados na China sobre a temática de Macau, em parte por se encontrarem na língua local.

De qualquer forma, a historiografia portuguesa tem procurado aprofundar a questão demográfica do território de Macau e já existe um bom conjunto de fontes primárias ao dispor dos investigadores no Arquivo Histórico Ultramarino. Para o trabalho aqui em questão, foi tão importante conhecer o que se estava a passar em Macau durante as últimas décadas de 1700 e inícios de 1800 como foi conhecer o seu início. Compreender como a colónia se formou é igualmente essencial para entender algumas das particularidades políticas e administrativas de Macau. Para a história da chegada dos portugueses ao Mar da China e a compreensão dos primeiros contactos realizados, contamos com as obras de Jorge Manuel Flores (2001) e Roderich Ptak (1999), onde se transmite a clara ideia de que a chegada dos ocidentais é vista sobretudo como um perigo para as autoridades centrais, mas que na periferia, eventualmente, entende-se os benefícios económicos, mas também militares, de comercializar com os portugueses. A opinião de que as autoridades chinesas não queriam inicialmente o estabelecimento de uma base sólida portuguesa é confirmada tanto por Charles Boxer (2017) como por Stephen Haw (2019).

Paulo Teodoro de Matos (2013, 2017) dá-nos o contexto teórico sob a qual os numeramentos eram realizados, sob qual ordens e que base documental teriam a sua execução, sendo importante para compreender o que se poderia esperar destes mapeamentos e contrapor com a realidade encontrada no presente trabalho. Por outro lado António Vale (1997, 2006, 2013) providencia as bases para a compreensão da comunidade macaense: os grupos sociais que a compunham, como se caracterizava e como estava organizada. Aspetos da política externa da colónia também aparecem e são essenciais para dar uma luz sobre a situação delicada em que Macau se encontrava, assim como o elevado grau de independência com que até ao século XIX vinha a levar a cabo os seus tratos políticos. João Carlos Oliveira (2000) apresenta-nos um estudo muito completo sobre os mais diversos aspetos da sociedade, contemplando descrições gerais dos grupos que a constituíam, o seu comportamento, o jogo, o policiamento e a saúde pública do território.

José Vicente Serrão (1998a) dá um especial enfoque à situação política da cidade durante o período e como a colónia e a sua população se encontrava, dualmente, sobre a alçada das autoridades portugueses e chinesas. Similarmente mostra-nos como é que o território não era realmente atrativo de um ponto de vista económico, que, evidentemente, tem os seus reflexos na componente demográfica e nos fluxos migratórios para a colónia. Sendo que para uma descrição das linhas gerais da economia macaense contamos com os capítulos de Fernando Figueiredo (2000) e Susana Münch Miranda (2001). Ainda dentro da política da colónia, as obras de Ângela Guimarães (2000) e Fernando Figueiredo (2000) aprofundam a questão do impacto da formação de Hong Kong no estuário do Rio das Pérolas.

De um ponto de vista social e por inerência demográfico, Macau parece obter uma representação muito diferente do que se observa noutras colónias portuguesas alvo de estudo. Especialmente quando se compara com o Estado da Índia, sendo que para o caso de Timor ainda escasseiam estudos de maior profundidade. A sociedade macaense contabilizada nos mapeamentos realizados acaba por revelar mais sobre o estatuto político ambíguo da colónia do que seria previsível à primeira vista. O facto de politicamente a situação de Macau ser particularmente sensível, face a um vizinho que, mesmo em clara decadência e com a balança de forças a pender para o ocidente, continuava a representar um iminente perigo para a independência do território, significava que as contabilizações realizadas acabassem por respeitar um conjunto de regras implícitas. Aqui talvez resida uma das maiores diferenças para com outras colónias portuguesas. Estas regras tácitas (mas muito bem assentes no consciente das autoridades macaenses) referem-se à população chinesa, que não era registada nos numeramentos levados a cabo pelas autoridades régias. Na verdade, a quantidade de dados disponível sobre esta população[1] é inversa à sua porção na população de Macau no seu *todo*. Este *todo* só passa a ser efetivamente contabilizado na segunda metade do século XIX, já fora do espectro do presente projeto. Sabemos que estes compunham sem dúvida grosso da população do território, mas os dados encontrados revelam-nos cálculos muito dispares entre si e onde a exatidão não reinava. Este último facto não deverá ser necessariamente atribuído à incompetência (intencional ou não) dos agentes que levavam a cabos estes numeramentos, mas identicamente à elevada mobilidade da população chinesa presente na cidade e sobretudo à sensível questão política da cidade. Na verdade, a própria existência destas contabilizações colocavam, de certo modo, em causa as normas estabelecidas (mas implícitas, diga-se) entre as autoridades do Império do Meio e as portuguesas, já que as últimas não deveriam ter qualquer precedente sobre a população chinesa na cidade (tanto que durante muito tempo a mesma nem poderia viver dentro da cidade amuralhada) e a contabilização da população poderia ser encarado como uma forma de estabelecer um precedente sobre a mesma.

[1] Pelo menos se falarmos em dados com alguma exatidão científica. Para o período deste estudo foram encontrados três mapas onde a população sínica foi contabilizada, entre os 12 060 "Chinas gentios" num total de 15 620 indivíduos registados em 1773, passamos para 30 000 num total de 34 564 em 1809, para finalmente 7590 em 1833. O último mapa parece ser o único com alguma exatidão na contabilização, mas o que se depreende é que os dados escasseiam e são díspares entre si, para não falar das falhas temporais existentes entre os mesmos.

CAPÍTULO 1

Contextualização económica, política e social de Macau

Dada a sua situação algo limítrofe, Macau apresentava-se como uma colónia *suis generis* dentro do panorama geral do império colonial português. Fruto de circunstâncias político-geográficas específicas, a cidade sempre apresentou várias particularidades. Uma das principais (e mais notórias, diga-se) passa pelo próprio estatuto político que a cidade detinha junto das autoridades sínicas. Ao contrário de outras possessões portuguesas, Macau não possuía soberania efetiva sobre o seu território e as autoridades portuguesas (assim como os seus moradores) persistiam numa constante (e delicada) discussão com as autoridades chinesas, que procurariam sempre sobrepor o seu poder sobre um território que de um ponto de vista jurídico pertenceria ao Império do Meio. Efetivamente, a possessão de Macau apresentava similitudes ao sistema feudal em prática pela Europa durante a Idade Média, dado que as autoridades portuguesas estavam obrigadas a pagar o foro do chão pela manutenção da colónia. Como seria de esperar, a balança de poderes nesta estrutura pendia evidentemente para o Império Chinês, nesse sentido a manutenção de Macau apenas era possível devido à cumplicidade das autoridades de Cantão, a região sobre qual recai Macau. (Vale 2006; Serrão 1998a)

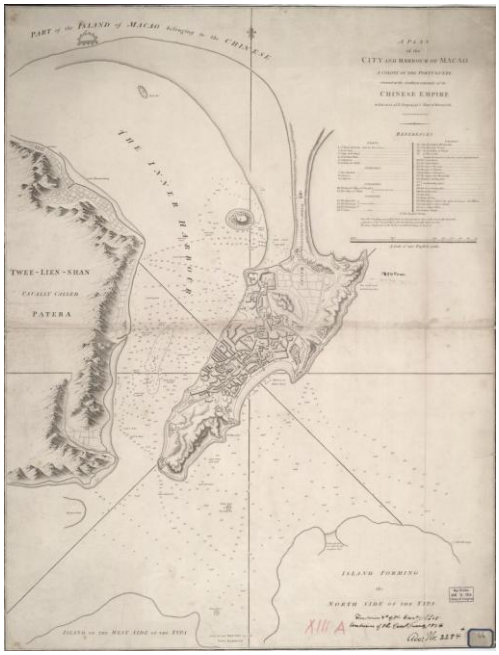
Porém, tão importante como é compreender a história de Macau, é conhecer o próprio território. Macau de finais do século XVIII e da primeira metade do século XIX diverge do território atual. Como muitas outras cidades costeiras, Macau foi conquistando território ao mar com sucessivas expansões com recursos a aterros. Antigos marcos que delineavam a colónia, como o istmo que ligava o território à China, desapareceram quase por completo, uma série de ilhas circundantes[2] também passaram por expansões semelhantes. Aliás, desde que Portugal entregou o governo da colónia de volta à China a cidade não tem parado de crescer, tanto demograficamente como territorialmente.

O território de Macau aqui em estudo neste trabalho é, naturalmente, mais reduzido do que a atual Região Autónoma de Macau[3]. A possessão portuguesa da colónia parava no istmo que ligava o território ao continente, mas o domínio sobre a população terminava nas muralhas da cidade de Macau, pelo menos até meados da década de 40 de 1800. Isto é, existiria uma diferença entre o que

[2] Ainda que bastante tardio, relativamente ao período aqui em estudo, tivemos acesso a um mapa de 1867 onde a população das ilhas da Taipa e Coloane eram contabilizadas e nesse sentido entendidas como parte integrantes da área de administração da colónia.

[3] Paulo Teodoro de Matos (2011, p.163) diz-nos que a colónia teria 16 km2, números que se mantiveram largamente inalterados entre o século XVIII e o século XIX. Atualmente a Região Autónoma de Macau terá mais de 30km2 de território terrestre a seu cargo.

era o território e o que era a cidade. Através dos mapeamentos demográficos consultados conseguiu-se entender que a população contabilizada seria a intramuros (ou seja, da cidade), que acaba por nos dizer que as autoridades lusas apenas teriam efetivamente controlo, a nível político e jurídico, nesta população. Prova disso está igualmente o facto de a população chinesa de Macau ser contabilizada apenas de forma muito pontual e sempre com recurso a estimativas e não a número concretos.





Figuras 1.1 e 1.2 – Macau em finais do século XVIII (esquerda) e Macau atualmente (direita). Atente-se que na imagem da direita o istmo que tornava Macau uma península desapareceu por completo.

É importante também sublinhar que o próprio território de Macau, tal como o seu universo populacional, era exíguo. Ao contrário de outros espaços ultramarinos portugueses, este não tinha uma capacidade produtiva de relevo, que em parte era justificado pela sua própria reduzida dimensão territorial, mas igualmente pela sua função de entreposto comercial. Durante séculos Macau teve uma posição única e aparentemente sem paralelo na China, era o único local onde os ocidentais poderiam comerciar com os chineses de forma legal.

O primeiro contacto entre portugueses e chineses terá ocorrido no ano de 1514 e ainda que uma missão oficial tenha sido enviada pouco tempo depois, a morte do Imperador Zhengde em 1521, assim como a chegada de pedidos de auxílio provenientes de Malaca, conquistada pelos portugueses poucos anos antes do primeiro contacto, colocam um precoce ponto final nas primeiras relações oficiais entre ambas as partes (Haw 2019, p. 169; Flores 2001, pp. 151-152). No entanto, como Haw relata (2019, p. 169-170), apesar de o comércio com os europeus ser proibido, a fraca atuação da marinha imperial na zona e a existência de problemas nas fronteiras norte da China, juntamente com a conivência das

autoridades regionais (com recurso a subornos), assim como o interesse dos comerciantes locais, permitiram a existência de um comércio de contrabando. Foi assim que os portugueses se foram estabelecendo. (Ptak 1998, p. 21-22)

As primeiras tentativas de fixação não terão sido bem logradas, tanto por falta de organização como pela recusa das autoridades imperiais (Boxer 2017, p. 74). Em 1535 terão, não obstante, conseguido uma "(…) permissão oficial para descarregar as suas mercadorias em Macau." (Haw, 2019, p. 169) de um oficial que conseguiram corromper, que se transformaria numa colónia na década de 50. A informação é confirmada por Charles Boxer (2017, p. 74) que relata a constituição de uma base em Macau em 1557, acrescentando ainda que esta é validada relutantemente pelas autoridades de Pequim, que apenas sabem da sua existência cerca de duas décadas depois. Importa igualmente reter que a fundação de Macau surge sobretudo de frutos da ação de mercadores privados e não tanto por iniciativa das autoridades da coroa portuguesa no Extremo Oriente (Vale 2013, p. 65; Flores 2001).

Tendo sido criada como uma base comercial, a *raison d'être* de Macau encontrar-se-ia, pelo menos até ao final do século XVI, sobretudo na mediação do comércio entre o mercado chinês e o japonês. Altamente lucrativo, os comerciantes portugueses teriam o monopólio desta rota. Ainda que Haw (2019, p. 170) dê nota que os espanhóis, que se tinham estabelecido em Manila em 1565, tenham obtido uma missiva oficial para comercializar nas costas de Fujian e Zheijiang na década de 70, Boxer (2017, p. 76) por sua vez acrescenta que em 1580 D. Filipe II (I de Portugal) confirmou o monopólio macaense do comércio com as ilhas japoneses.

As divisões administrativas que existiam ao nível do território também são informações revelantes. Durante o período em estudo a cidade estava dividida em três freguesias[4]: Sé, São Lourenço e Santo António[5]. Segundo Ana Amaro (1998) sabemos que em finais do século XVIII São Lourenço era o local predileto de habitação para os estratos sociais mais elevados[6], e, a par da Sé, eram as duas freguesias onde viveriam as ditas famílias mais importantes. Seria de esperar que o mesmo continuasse a ocorrer durante o século seguinte, tanto que os numeramentos nestas freguesias se irão manter relativamente estáveis. Curiosamente, a freguesia de Santo António seria, segundo a mesma autora, o bairro mais pobre onde viveriam sobretudo chineses e indianos. No entanto este conjunto de dados levanta algumas questões. Primeiramente, durante o período em

[4] Ocasionalmente parece existir um intercâmbio no nome dado à unidade administrativa, por vezes aparece como *freguesia*, que é mais natural ao longo do Império Português, outras vezes observamos a utilização do *bairro*, no entanto, isso não parece ter repercussões nos limites geográficos de cada uma das unidades administrativas, parecendo ser sobretudo um detalhe burocrático.

[5] Os portugueses ficariam delimitados a estas três freguesias, até 1871 (Oliveira 2000, p. 321).

[6] Isto parece em parte dever-se ao facto desta freguesia se localizar numa zona mais elevada.

estudo esta é a freguesia que apresentará, quase sempre, os números mais baixos. Sendo uma das zonas mais pobres, a lógica poderia ditar que a tendência fosse inversa. Isto acaba por ter contornos mais peculiares se tivermos em conta o que António Vale (2006 pp. 369-370; 2013 pp. 71, 76-77) referencia sobre a elevada quantidade de população portuguesa em situação de pobreza na cidade. Parece igualmente estranho que a maior parte da população portuguesa vivesse sobretudo nas zonas mais proeminentes da cidade. Poderíamos supor que os comentários da época relativamente às situações de pobreza pudessem considerar, pelo menos parte, da população chinesa e indiana que vivia nessa freguesia como portuguesa. A aparente não contabilização destas populações nos mapeamentos realizados dá, igualmente, força à ideia de uma comunidade chinesa em Santo António fora da jurisdição das autoridades de Macau.

A afirmação de Macau enquanto ponte entre o Império do Meio e o mundo exterior terá reflexos na composição social da colónia. A população seria constituída, especialmente nesta fase inicial, por elementos do que poderíamos considerar de "burguesia", atraídos, claro, pelos potenciais ganhos do comércio. O crescimento populacional, impulsionado pelas favoráveis condições económicas, levam Macau a passar de um pequeno posto comercial a um verdadeiro porto marítimo. Numericamente é difícil estruturar em dados concretos esta fase inicial da possessão. De facto, os dados que nos são apresentados por António Vale (2013) parecem ser estimativas, mas mostram-nos que a colónia se torna atrativa tanto para ocidentais como para a população local. Assim, em 1564 refere-nos 10 mil cristãos, que passam a "Centenas de milhares" em 1601, sendo que em 1644 a população total (cristãos e não cristãos) seria de 40 mil. É pouco provável que a população dita cristã fosse assim tão numerosa em 1600s, este cálculo teria presumivelmente em conta a população chinesa, mas de qualquer forma, independentemente da qualidade dos dados apresentados, estes mostram que a cidade estaria efetivamente numa fase de ascensão económica no primeiro centenário da sua fundação.

Como seria expectável, as especificidades da população de Macau são, igualmente, resultado de uma situação política e económica própria. Em primeiro lugar, o estatuto político da cidade cria-nos um panorama demográfico onde se encontram duas populações distintas: os cristãos (e os seus escravos) e os chineses; cada uma sob a égide das suas autoridades. Nas palavras de António Vale (2013) a sociedade macaense, desde os seus primórdios, terá assentado nos seguintes princípios:

> "Em primeiro lugar, a divisão da sociedade em cristãos e chineses, em segundo, a diversidade étnica da sociedade denominada cristã e, finalmente, a fragilidade da quantificação da população (…) muito especialmente, no que se referia aos chineses." (p. 65)

A sociedade macaense era bastante diversificada de um ponto de vista social, mas o que a configura como caso particular no império colonial português é o facto da sua população não chinesa estar subordinada tanto à coroa portuguesa como às autoridades chinesas (Vale 2013). Atente-se aqui a utilização da classificação "não chinesa", este facto merece em si uma explicação. Como António Vale (2006, 2013) observa, existe um claro problema na divisão da população entre chineses e cristãos, dado as várias categorias, etnias e nacionalidades presentes no segundo grupo. A nomenclatura de cristão não acarretaria em si apenas a confissão religiosa, mas também de súbdito do rei português[7]. Perante este panorama onde colocar os estrangeiros? Ou mesmo os chineses que convertidos ao cristianismo (ou seja, sendo cristãos) que continuassem a ser súbditos imperiais?

Relativamente aos chineses que, ainda que cristãos, continuassem sob a autoridades das autoridades imperiais, António Vale (2006; 2013) resolve a questão pela divisão da população contabilizada entre chinesa e não chinesa, que parece, em larga medida refletir-se nos numeramentos. Relativamente aos estrangeiros a falta de dados concretos não permite dar uma resposta satisfatória, podemos apenas teorizar que os estrangeiros contabilizados pudessem ser apenas de nações católicas. Os dados incluídos nos censos populacionais teriam muito provavelmente origem no rol de confessados, o que é interessante dado que os únicos estrangeiros referenciados nos numeramentos são franceses e espanhóis, nações sobretudo católicas. Parece pouco provável que no período em questão não estivesse presente na cidade qualquer inglês ou neerlandês (países de maioria protestante), por exemplo.

O grau de independência política e jurídica dada à população não chinesa variava no tempo, todavia o poder sínico pairava sempre por Macau e a tolerância chinesa não deveria ser encarada como um sinónimo da abdicação da soberania sobre o território, sendo que esta ocorria sobretudo devido aos proveitos económicos do comércio com os portugueses (Serrão 1998a). Sem grande estranheza, a política influenciava a forma como a população de Macau era registada nos mapeamentos. Não é por mero acaso que os numeramentos que incluíam os chineses eram feitos sobretudo com base em estimativas com um baixo nível de fiabilidade. A sua contagem originaria decerto tensões não só com as autoridades chinesas, mas igualmente com os próprios habitantes chineses.

Apesar da presumível diversificação na população não chinesa, isto não se traduz de forma clara nos mapas analisados. Na verdade, a tendência parece mostrar uma simplificação das classificações anotadas nos mapas (veja-se o Quadro 2.2). Tal não significa que a sociedade passasse a ser menos diversificada ou não fosse estratificada, antes pelo contrário. O desaparecimento destas classificações

[7] Como António Vale (1997) refere "(…) a denominação de cristão funcionava na prática, como sinónimo de vassalo ou súbdito do rei português." (p. 117).

no período em estudo estarão muito provavelmente relacionadas à legislação de Marquês de Pombal que ditava o fim das diferenciações sociopolíticas no Extremo Oriente português, pelo menos de forma oficial, implicitamente estas continuariam (Vale 2006; Vale 2013).

Segundo António Vale (2006; 2013) no século XVIII a classificação era feita com base em dois parâmetros: sociopolíticos e económicos. Em primeiro lugar existia uma classificação que tinha como base a proximidade à metrópole, ou seja, no topo estariam os portugueses nascidos na metrópole, seguido pelos seus descendentes (mestiços) e assim sucessivamente. Dentro de cada uma das categorias a distribuição social era realizada tendo por base o poder económico. Nada nos leva a crer que estas linhas de pensamento não tivessem continuado para o século XIX[8]. António Vale (2006) refere-nos ainda a existência de cinco estratos sociais: em primeiro plano temos a administração pública superior (como o Governador e as patentes militares mais altas), assim como os elementos mais ricos da sociedade macaense; num segundo nível seguiam os mercadores com menos posses a nível financeiro, a administração pública intermédia, os encarregues de cargos superiores nos navios e ainda as patentes mais baixas do exército e clero. No terceiro plano teríamos a administração pública menor, os que detinham cargos inferiores nos navios e os soldados; em quarto lugar estavam os elementos mais pobres da colónia, concretamente nas viúvas e dos órfãos (que porventura eram bastante numerosos); por fim, na quinta camada, encontrava-se a população não livre.

Os portugueses da Metrópole (reinóis) eram em número bastante limitado. No melhor dos casos rondariam os 100 elementos e muitas vezes ocupando cargos públicos[9]. Macau não parecia constituir um pólo de atração para a população metropolitana, aliás nas palavras de José Vicente Serrão (1998) Macau parecia ser sobretudo um local de passagem:

> "(…) toda a população de Macau, independentemente da etnia (reinóis, macaenses e chineses), revelava características de forte mobilidade. Na verdade, Macau sempre foi um ponto de trânsito, asserção que era tão válida para as mercadorias quanto para os homens…" (p. 758)

Os mestiços e *nhons* eram em maior número e ainda que não dominassem necessariamente o quadro político e económico de Macau, é importante notar que a quantidade de *reinóis* no Senado de Macau era bastante reduzida. Isto permite-nos aferir com alguma segurança que este segundo grupo

[8] A distinção social entre portugueses e os mestiços continua a ser alvo de querelas por parte dos segundos, pelas queixas por estes enviadas à coroa durante inícios do século XIX, despoletadas sobretudo pelo facto desta diferenciação social ter sido abolida de forma oficial pelas leis do Marquês de Pombal datadas de 1771 e 1774. (António Vale 2006)

[9] A administração colonial e as forças militares que asseguravam a defesa da colónia englobariam grande porção desse já reduzido efetivo de reinóis, ainda que José Vicente Serrão (1998, p.756) refira que na segunda metade do século tenha existido uma grande subida no seu número, para perto de 700 indivíduos, por força do crescimento do aparelho da administração colonial.

tivesse alguma influência política na colónia. O Senado era uma instituição com um elevado grau de independência do poder régio local (ou seja, do Governador) e mesmo do poder régio regional (i.e., Estado da Índia), por força da sua situação geográfica remota e pela necessidade da tomada de decisões políticas com alguma celeridade. O Senado acaba, assim, por ter quase todo o poder real na colónia, pelo menos até ao século XIX, ainda que na década de 80 do século anterior as reformas levadas a cabo pelo poder metropolitano significassem alguma perda de influência. (Vale 2006)

A presença do clero também merece a sua menção. Em Macau existia tanto clero secular como regular. O secular era sobretudo de origem local e tinha a sua figura máxima no Bispo de Macau (Vale 2013, pp. 72-74). No entanto com base na correspondência encontradas por António Vale (2006) o cargo deixava muito a desejar. Não só as relações com a população local estavam longe de ser as melhores devido ao estilo de vida moralmente duvidoso da mesma, como também o padroado local era bastante criticado pelos bispos, fosse pela falta de instrução, fosse pela sua incompetência em termos religiosos. Perante estas condições, não é de espantar que a maioria completasse apenas alguns anos em Macau antes de partirem. No período entre 1690 e 1828 e segundo um quadro composto por António Vale (2006) oito bispos foram nomeados para Macau, metade dos mesmos apresentou pedidos de renúncia, com especial enfoque no D. Frei Francisco De Nossa Senhora da Luz de Chacim que ainda que tenha ficado na função entre 1804 e 1828 apresentou quatro renúncias ao cargo (1806, 1808, 1809 e 1811), tendo acabado por permanecer até ao seu falecimento. Alguns bispos acabam por sair de Macau ainda antes de serem substituídos, por exemplo o D. Alexandre Pedrosa Guimarães está no cargo entre 1772 e 1789, mas chega à colónia em 1774 e saí em 1780.

As informações sobre o número total de religiosos são escassas. Apenas cinco mapas nos apresentam informação sobre as classes religiosas. Ainda que seja uma amostra reduzida, permite tirar algumas ilações. Desde logo, o número de membros do clero regular era superior ao do clero secular, o que não é surpreendente dada a grande quantidade de ordens e conventos existentes no território[10]. De uma forma geral os números são estáveis para uma população como a de Macau (ver Anexo B).

Dentro da população livre deve-se ainda enfatizar a existência das franjas mais pobres da sociedade macaense. Segundo os relatos que nos chegam da época este seria um grupo particularmente numeroso, constituído por viúvas e órfãos, causa direta dos naufrágios que ocorriam com alguma regularidade. Temos ainda a considerar população estrangeira, que segundo António Vale

[10] Aqui falamos dos agostinhos, dos franciscanos, dos lazaristas (que substituíram os jesuítas, expulsos em 1762), os dominicanos e as clarissas, esta última uma ordem feminina. Para mais informações ver VALE, António. 3. Macau. Em Joel SERRÃO e A. H. de OLIVEIRA MARQUES, dir. *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Oriental (1660-1820) (Volume V – Tomo 2*). Tomo 2, por Maria de Jesus dos Mártires Lopes, coord. Lisboa: Editorial Estampa, 2006, pp. 364-365.

(2013) era tendencialmente abastada. Por consequência conquistava um interesse especial da população feminina (que, recorde-se, era quantitativamente significativa em Macau), ao mesmo tempo que era alvo de alguns atritos com a população portuguesa. Todavia, seriam sem dúvidas um dos mais importantes grupos sociais de um ponto de vista económico e comercial.

No que toca à população não livre de Macau, parece claro que não se pode considerar a população escrava por predefinição como portuguesa, quanto tanto podemos considerar como estando integrada na população cristã e como tal estando submetida à autoridade portuguesa (evidente por figurarem nos mapeamentos levados a cabo). A sua origem seria diversificada: por um lado poderiam ser provenientes de outras colónias portuguesas, em África (Moçambique, por exemplo) ou da Ásia (na área do Estado da Índia Português e Timor-Leste); por outro, também poderiam ser chineses, pois sabemos com alguma segurança que os portugueses comprariam crianças chinesas a famílias mais pobres e que muitos tinham verdadeiros "haréns" de mulheres asiáticas, que lhes valia várias críticas pela igreja (Amaro 1998, pp. 175-176). Neste segundo exemplo também temos o caso das crianças chinesas que eram enviadas de Macau para Goa, assim como de indivíduos que eram enviados sob o argumento de evitar "perdições morais", de onde era expectável que fossem libertados eventualmente (Matos 2011).

Os escravos contabilizados nos mapas seriam provavelmente não chineses. Isto poderia acontecer tanto pelo facto de ser proibido aos portugueses possuírem escravos chineses (proibição levada a cabo pelas autoridades de ambos os governos), como pelo facto de os chineses não estarem, em termos políticos e judiciais, sob a alçada portuguesa[11]. Logo, não se pode colocar de parte a hipótese de os mesmos serem considerados simplesmente como "trabalhadores locais" que frequentavam ou laboravam em Macau para as autoridades lusas, pelo menos para evitar tensões com o Império do Meio, ou mesmo para fugir às regras por estes impostas. Efetivamente uma importante franja da população sínica tinha trabalhos especializados de grande importância para os portugueses, mas o mesmo não quer dizer que fossem mão-de-obra escrava.

Não devemos esquecer que durante o período sobre o qual se incide este estudo também se realizará uma importante mudança do ponto de vista social, concretamente a abolição do tráfico de escravos. Na verdade, tal como no restante império colonial português o que iremos assistir é sobretudo uma mudança de categorização social. Passamos do período do abolicionismo para o

[11] Ana Amaro (1998, p. 176) teoriza que que o estatuto de crioulo ou criação surgiu como uma forma de fuga à proibição da posse de escravos chineses. Fundamentalmente, este estatuto forçava apenas à prestação de serviços e não à escravidão.

trabalho contratado. Este grupo não é referido em nenhum dos mapas disponíveis, mas é possível que o mesmo começasse a ter efeito na reta final do período em estudo.

A população não livre contabilizada seria, tal como a congénere livre, bastante diversificada no que toca à sua proveniência. Os mapas não nos dizem muito neste campo, mas é de supor que a maioria fosse proveniente da costa oriental africana. No entanto, e tal como fora já referido não se coloca de parte a existência de escravos de outras colónias portuguesas no Extremo Oriente, tal como da Índia ou Timor. Os contactos mercantis de Macau também colocam em cima da mesa outras proveniências do sudeste asiático.

A população chinesa, por sua vez, é uma das que mais questões nos levanta, especificamente onde se enquadrariam no panorama demográfico de Macau. O que nos parece ser evidente, pelos primeiros mapas analisados, é que alguns chineses católicos (também designados por cristãos-novos) terão sido incluídos na contagem dos "Brancos". Ainda que seja difícil saber se isso terá mesmo acontecido, parece ser uma suposição com algum teor de credibilidade. A verdade é que a população de origem chinesa apenas era contabilizada pelas autoridades da coroa portuguesa de forma muito fugaz, dado que detinha um elevado grau de mobilidade e amplitude numérica em si, que dificultariam o processo. Isto parece dar força à teoria apresentada de que os escravos chineses, a existirem, seriam possivelmente retirados das contagens populacionais colocadas nos mapeamentos disponíveis. Os dados que temos à nossa disposição sobre esta população não permitem análises de maior profundidade, os numeramentos são escassos e a existir são muitas vezes alvo de meras aproximações.

Ainda que os dados sejam escassos, consegue-se afirmar com algum nível de certeza que a população chinesa corresponderia, sem dúvida alguma, à maioria da população da colónia. Como já foi várias vezes referido, a sua contabilização resultaria certamente em atritos com as autoridades chinesas, algo que durante muito tempo foi evitado. Em todo o caso, as fontes consultadas por António Vale parecem indiciar que a população sínica fosse três a quatro vezes superior à não chinesa (Vale 2013), dados que apresentam uma razoável plausabilidade. A realização, do que se chama na área da demografia histórica, de *estimated guesses* poderia apresentar um certo nível de interesse para, no mínimo, se entender algumas tendências nesta população: está em subida ou descida no período?; Qual a sua percentagem na população total?. Mesmo que analisando dados, de grosso modo muito estéreis ao nível de definições de género ou idade, estes dados poderiam possuir o seu interesse enquanto trabalho percursor futuro sobre a população de Macau, ainda para mais para um período histórico onde escasseiam dados. A historiografia, todavia, aponta para uma importante comunidade chinesa na cidade, dinamizadora do comércio e serviços. Sabemos, igualmente, que a habitação de chineses dentro dos muros de Macau ocorria efetivamente, segundo Ana Amaro (1998), que citando

J. Feliciano Marques Pereira, o bairro do Bazar Chinês teria tido o seu início em 1788, fruto da permissão da habitação dentro das muralhas, assim como o seu aumento. Esta informação demonstra implicitamente que os chineses viveriam dentro das muralhas de Macau, que, porém, não implicaria a sua contagem nos mapeamentos.

No fim da primeira metade do século XVII um conjunto de fatores parece contribuir para a queda económica e social da cidade. O encerramento do Japão em 1639, a perda de Malaca para as Províncias Unidas em 1641, a restauração da independência, que traz consigo o assédio dos espanhóis presentes nas Filipinas e ainda a chegada ao poder de uma nova dinastia (os Quing, em 1644) no Império do Meio. A junção de todas estas questões fará o território passar por dificuldades económicas que parecem torná-lo mais um ponto avançado português. (Hespanha 2019; Vale 2013)

Segundo António Hespanha (2019) tal terá tido um forte impacto na demográfico na cidade:

> "As consequências combinadas de tudo isto foram a queda drástica da prosperidade de Macau, cuja população, em 1669, era metade da que fora 20 anos antes." (p. 200)

Na segunda metade do século XVIII a colónia passaria, segundo Susana Münch Miranda (2001), por uma ligeira recuperação económica por força de alterações da política chinesa para com o comércio marítimo e a autorização da residência de estrangeiros na cidade. Este período seria caracterizado por um período de algum revivalismo económico e comercial, não só pelo regresso dos estrangeiros, que irão sem dúvida ser importantes dinamizadores económicos, como pelo regresso de várias rotas e contactos comerciais no Extremo Oriente. Macau estaria de volta aos circuitos comerciais. Na reta final do século, o comércio europeu na região aumentaria por força do ópio, cada vez atingindo maiores proporções (Münch Miranda 2001). Apesar das proibições imperiais contra este comércio e o seu uso pela população sínica, a sua utilização continua quase ininterrupta durante o período em questão. Os portugueses foram dos primeiros a entender as vantagens económicas da venda deste produto, mas os ingleses rapidamente se sobrepuseram, e na década de 70 do século XVIII, a maior parte do comércio passaria por eles (Haw 2019). Os proveitos económicos obtidos através da comercialização do ópio será uma das razões que explicaria a prosperidade económica de Macau no início do século XIX (Müch Miranda 2001). Porém, nos auspícios da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842) as autoridades chinesas pareciam ter o comércio praticamente controlado, por meio de uma robusta resposta.

A viragem para o século XIX traria um conjunto de mudança no esquema geopolítico regional. Na primeira década da centúria despoletam as Guerras Napoleónicas, centradas na Europa, mas que irão

demonstrar o interesse das potências ocidentais no mercado chinês[12]. Com o passar das primeiras décadas do novo século, a balança de poder inclinar-se-ia cada vez mais para o Ocidente. Com o Império Chinês em clara decadência, os impérios ocidentais estavam à espreita para capitalizar. Portugal tentou fazer parte desse grupo, ainda que sem sucesso de forma imediata.

A *décalage* entre a China e as nações ocidentais seria mais claramente visível durante as Guerras do Ópio entre 1839-1842 e 1856-1860. No primeiro conflito veríamos o Império Britânico a fazer frente ao Império Chinês devido à questão do ópio, um importante produto do ponto de vista comercial para os britânicos, mas que o governo sínico se esforçava por eliminar do seu mercado. Porém, Stephen Haw (2019) alega que o ópio e o seu negócio não seriam necessariamente o ponto primordial do conflito, mas sim os atritos existentes entre as formas de pensar e agir ocidentais e sínicas. Os primeiros pretendiam relações (incluindo as comerciais) mais justas entre ambas as partes, não querendo mais assumir a superioridade chinesa. A China imperial, por sua vez, não queria abrir mão da sua superioridade. Como se sabe, o exército imperial não seria capaz de fazer frente ao poderio militar europeu e isto daria princípio a um período que ficaria conhecido como o "século da humilhação" para os chineses, que se veriam perante um conjunto de acordos aclamados historicamente como os *Tratados Desiguais* com várias potências ocidentais[13].

Para Macau estas mudanças abririam as portas a uma série de modificações a nível interno e externo. Internamente observa-se uma maior intromissão das autoridades metropolitanas na vivência da colónia, especificamente na figura dos seus governadores. Isto acabava por ser causa-efeito de uma vontade de não deixar Portugal ficar para trás no esquema geral das concessões dadas pelo Império Chinês, especialmente no que toca à garantia da soberania de Macau, que só seria confirmada em 1862 com o Tratado Luso-Chinês de Tien-Tsin, não só pela China, mas também por todas as outras potências coloniais com interesse na região. Porém desde a centúria anterior que várias reformas vinham a ser realizadas, demonstrando essa vontade da metrópole não só de capitalizar com a quebra do poder chinês, mas também de terminar com o sistema de "autogestão" que garantia à colónia um estatuto de quase cidade-nação dentro do Império Colonial Português. Uma das primeiras reformas terá tido o seu efeito na década de 1780, com a restituição do cargo de Ouvidor (que tinha sido abolido em 1740) e a criação da Fazenda Real (Serafim 2001, pp. 304-309).

Ao nível externo, a possessão deixa de ser o único território sob controlo ocidental na China, a poucos quilómetros a Este é formada a colónia de britânica de Hong Kong, que irá levar Macau para

[12] A tentativa de ocupação britânica da colónia, debaixo de uma fachada de proteção da possessão perante possíveis ataques franceses, é um dos exemplos mais claros.

[13] O Tratado Luso-Chinês de Tien-Tsin assinado em 1862 incluir-se-ia nestes ditos Tratados Desiguais, mas a China também assinaria acordos com a França, os Estados Unidos da América e o Império Russo no mesmo período.

uma posição de secundarização, tendo em vista que o grosso do comércio é desviado para a nova colónia, passando o território português a servir como um ponto de apoio.

Administrativamente Macau sempre contou com alguma liberdade de decisão, sendo o Senado de Macau o órgão máximo desta "autogestão" autorizada pela coroa. Isto não deve ser encarado com especial admiração, dado que as possessões portuguesas no Extremo Oriente tinham sistemas mais ou menos semelhantes na medida de garantir uma célere atuação e organização política (Serrão 1998a). O sistema de municipalidade, que também teria sido implementado noutros focos de poder português no Extremo Oriente, foi a solução encontrada para tentar dar resposta às questões de política regional que pudessem surgir e das quais era necessária uma resposta mais imediata (Hespanha 2019, p. 203). Este sistema acaba mais por dar a ideia de uma certa autonomia política das colónias que a implementavam. No caso de Macau este sistema conduziu a que a cidade acabasse por se tornar em termos práticos numa oligarquia, dado que no Senado eram expostas as vontades e desejos dos principais elementos da comunidade mercantil.

Esta instituição entraria ocasionalmente em conflito com as autoridades coloniais, isto acaba por ser visível nas relações entre o Senado e o Governador de Macau. António Vale (2001) caracteriza pelo constante conflito entre ambas as partes durante o século XVIII, e que na verdade acaba por se prolongar para a próxima centúria. As informações encontradas parecem apontar para a existência de um certo atrito entre a administração política e religiosa, ou seja, o Governador, o Bispo de Macau e a certo ponto o Ouvidor, e o Leal Senado. Neste esquema político nem sempre é claro quem tem o poder governativo sobre a colónia em determinados momentos, efetivamente cada lado parece tentar fixar o seu poder sobre o outro, mas a tendência observada durante o período em estudo parece apontar-nos para um gradual aumento do poder das entidades régias sobre as locais.

A colónia dependeria de forma imediata destes dois órgãos para governar a cidade, ainda que com funções bastante distintas, estavam interligados e dependiam um do outro. O Governador exerceria sobretudo funções militares, mas com o tempo o seu leque de funções aumentaria de modo a melhor controlar o Senado, que durante o final do século XVIII parecia incorrer em vários abusos. De qualquer das formas a relação entre ambos nunca seria pacífica, até porque ainda que o controlo bélico recaísse sobre o governador, o dinheiro necessário à manutenção deste aparelho vinha do Senado, que assim poderia exercer uma certa pressão tácita sobre o governador da cidade, que seria sem dúvida causa de tensão. (Serafim 2001, pp. 299-304)

Apesar de todas as mudanças existentes a nível regional durante a primeira metade do século XIX, Macau continuava numa situação algo limítrofe, ao ponto de qualquer auxílio, mesmo de Goa, não passasse de uma simples miragem. Realmente, existe um conflito no final da década de 1840, da qual

os portugueses sairiam vitoriosos, mas esse triunfo aparenta tanto ser um resultado da perda de poder por parte dos chineses, resultante dos conflitos com as potências ocidentais, como de um evento algo furtuito para os portugueses. Aliás, esta perda de poder da China perante o Ocidente será uma constante da qual as autoridades lusitanas irão tentar tirar o seu proveito, procurando oficializar a colónia de Macau como uma possessão portuguesa *de facto*. Para esse efeito iremos assistir a uma atitude mais "agressiva" por parte das autoridades metropolitanas, posição essa que nem sempre era bem vista por parte dos moradores macaenses. A figura máxima desta posição será provavelmente o Governador Ferreira do Amaral (1846-1849), que acabaria por ser assassinado, ao que tudo indica a mando dos chineses devido à sua posição mais desafiadora do poder político do Império do Meio sobre a colónia. (Amaro 1998, p. 71; Figueiredo 2000, p. 44-47)

CAPÍTULO 2

As fontes e os desafios metodológicos

Para o estudo da demografia de Macau dispomos essencialmente de dois tipos de fontes primárias: as contabilizações presentes em relatos de vários autores coevos, que muitas vezes carecem de precisão em termos demográficos, dado que se tratam de aproximações (e algumas são bastante díspares entre si, mesmo tratando-se de relatos do mesmo período histórico); e os mapas da população, que eram as contabilizações enviadas em forma de tabela por parte das autoridades macaense (na pessoa do governador da colónia) para o Conselho Ultramarino em Lisboa. A forma como os dados eram recolhidos para a construção dos mapas é igualmente de interesse. A sua recolha estava muito longe do que atualmente observamos nos Censos modernos, na verdade a função das autoridades civis aparentava ser, sobretudo, de agregação dos dados e não tanto na coleta dos dados. O papel da rede eclesiástica era fundamental, tanto que os dados colocados nos mapeamentos seriam quase certamente obtidos a partir dos róis de confissão de cada uma das freguesias de Macau, uma documentação que reunia em si toda a população que se confessava, também os movimentos da população a partir dos livros de assento de baptismo, matrimónio e óbito que teriam o seu papel na constituição desses numeramentos enviados para a metrópole (ver Matos 2016).

Os números obtidos através de relatos, salvo raras exceções, são fruto de contabilizações realizadas de forma grosseira, funcionando algumas vezes como aproximações muito impolidas. Saliente-se que o próprio número de habitantes não era muitas vezes sinal de grande preocupação do informador, visto que existem outros elementos que definem a importância da cidade como a sumptuosidade dos edifícios, a presença de população europeia, a importância de instituições eclesiásticas, etc.

Por outro lado, mesmo que mais precisas de um ponto de vista matemático, os problemas ao nível da mais elementar aritmética persistem nas contagens realizadas através dos mapas. Não se podem colocar de parte problemas e imprecisões ao nível da recolha dos dados, especialmente tendo em conta que seria quase certo que as autoridades religiosas participariam nestas ações de contabilização e, que por força de cartas práticas poderiam incorrer em incorreções na produção e transmissão dos dados. Também não deveremos eximir as autoridades civis destes problemas, pois muitos são os mapas nos quais se constatam erros de contabilização enviadas para Lisboa. No entanto, estes são os dados que temos disponíveis e apesar de todos os seus problemas, parecem-nos ser importantes

fontes sobre a população macaense e apesar de todas os seus (possíveis) erros, ser-nos-á praticável dar a conhecer as linhas gerais os habitantes de Macau.

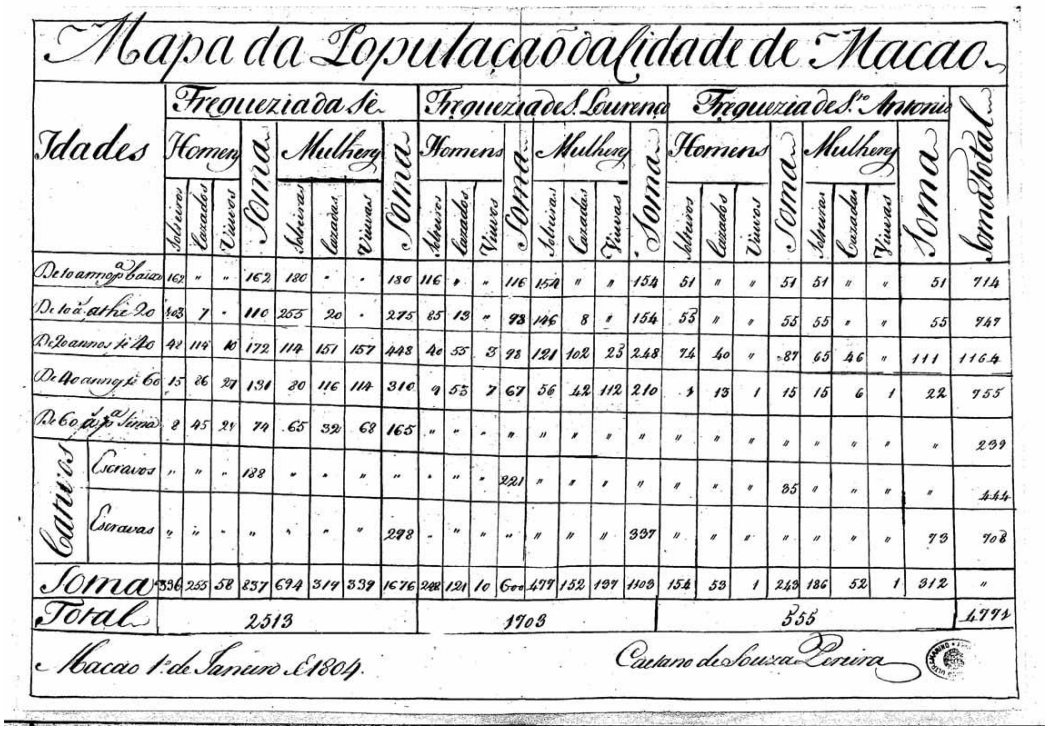
Pelo diploma régio 21.5.1776 de D. José I, todos os governadores dos territórios ultramarinos teriam de enviar às autoridades centrais (i.e., o Conselho Ultramarino, em Lisboa) uma lista anual detalhando a população presente na sua possessão. Estas listas denominadas oficialmente de *mapas* tinham o intuito de dar a conhecer às autoridades metropolitanas as populações sob a sua alçada, tendo em vista uma organização e melhor racionalização dos recursos humanos existentes no Império, seja em termos militares, seja em termos económicos. No contexto do império a recolha de dados envolve uma multiplicidade de entidades e agentes no terreno como militares, juízes de fora e, sobretudo, o aparelho eclesiástico (Matos 2013; Matos 2017). De forma geral, para quase todas as colónias portuguesas dispõem-se de uma boa quantidade de fontes primárias que permite a contabilização das gentes, mesmo que muita documentação esteja dispersa por arquivos locais e ainda sem o tratamento arquivístico adequado.

As estatísticas demográficas do Império Colonial Português para o período de 1770 a 1890, estão, em boa medida já disponíveis através do projeto *Counting Colonial Populations*. Este portal assume-se como o maior centro de dados e imagens relativos à demografia colonial portuguesa nos séculos XVIII e XIX, existindo documentação (tratada ou por tratar) de todas as principais colónias portuguesas, incluindo os arquipélagos dos Açores e da Madeira. As fontes demográficas respeitantes a Macau foram, na sua maioria, consultadas através deste repositório[14].

A demografia colonial não é necessariamente um novo tópico na historiografia portuguesa, ainda que o seu início tenha sido mais tardio que noutros países europeus. A demografia macaense já foi alvo de estudos por um conjunto variado de autores. Um dos primeiros a abordar o assunto de uma forma mais ou menos científica terá sido o Padre Manuel Teixeira, uma conhecida figura macaense que deixou uma larga obra, não só sobre a história de Macau como dos portugueses no Extremo Oriente. Todavia, foi entre o final do século passado e o início do presente que parece ter existido um maior desenvolvimento de estudos nesta área, como aliás já foi referido na introdução deste trabalho.

As primeiras fontes disponíveis para o presente estudo datam de 1774, sendo nesse sentido anteriores ao diploma régio supramencionado. Tal feito, não é um por si mesmo uma surpresa, já que a estatística no império português se vinha a desenvolver desde inícios do século XVIII, portanto ainda no reinado Joanino (Matos 2017).

[14] O repositório pode ser consultado através do seguinte link: https://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/

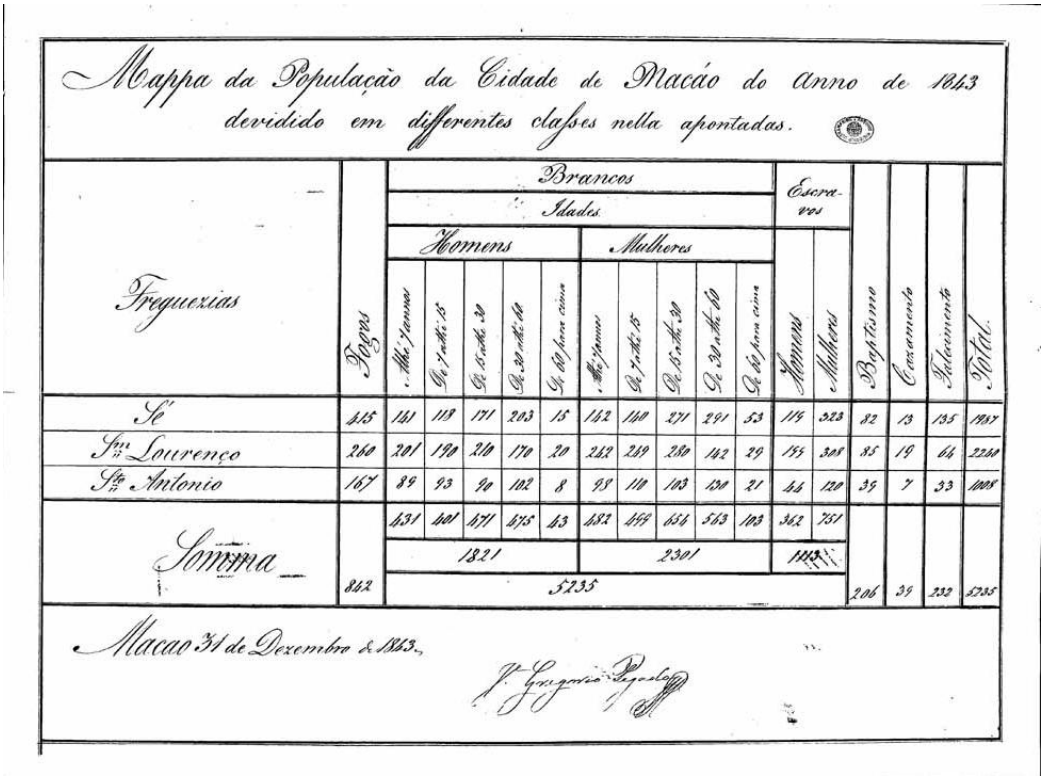


Mapa da Populaçaõ da Cidade de Macao

Idades		Freguezia da Sé								Freguezia de S. Lourenço								Freguezia de S.to Antonio								Somma Total
		Homens			Soma	Mulheres			Soma	Homens			Soma	Mulheres			Soma	Homens			Soma	Mulheres			Soma	
		Solteiros	Casados	Viuvos		Solteiras	Casadas	Viuvas		Solteiros	Casados	Viuvos		Solteiras	Casadas	Viuvas		Solteiros	Casados	Viuvos		Solteiras	Casadas	Viuvas		
De 1o annos p.a baixo		162	"	"	162	180	"	"	180	116	"	"	116	154	"	"	154	51	"	"	51	51	"	"	51	714
De 1o a 7 athe 20		103	7	"	110	255	20	"	275	85	13	"	98	146	8	"	154	55	"	"	55	55	"	"	55	947
De 20 annos p.a 40		40	119	10	172	114	151	157	448	40	55	3	98	121	102	23	248	74	40	"	87	65	46	"	111	1164
De 40 annos p.a 60		15	26	21	131	30	116	114	310	9	53	7	67	56	42	112	210	4	13	1	15	15	6	1	22	755
De 60 p.a cima		2	45	24	74	65	32	68	165	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	239
Captivos	Escravos	"	"	"	133	"	"	"	"	"	"	"	221	"	"	"	"	"	"	"	85	"	"	"	"	444
	Escravas	"	"	"	"	"	"	"	278	"	"	"	"	"	"	"	337	"	"	"	"	"	"	"	79	708
Soma		336	255	58	857	674	319	339	1676	288	121	10	609	477	152	137	1103	154	53	1	243	186	52	1	312	"
Total		2513								1703								555								4771

Macao 1.o de Janeiro de 1804. Caetano de Souza Pereira

Figuras 2.1 – Mapa do ano de 1803.



Mappa da População da Cidade de Macáo do Anno de 1843 devidido em differentes classes nella apontadas.

Freguezias	Fogos	Brancos Idades Homens					Brancos Idades Mulheres					Escravos		Baptismo	Casamento	Fallecimento	Total
		Até 7 annos	De 7 até 15	De 15 até 30	De 30 até 60	De 60 para cima	Até 7 annos	De 7 até 15	De 15 até 30	De 30 até 60	De 60 para cima	Homens	Mulheres				
Sé	415	161	119	171	203	15	162	150	271	291	53	114	323	82	13	135	1937
S.ta Lourenço	260	201	190	210	170	20	242	239	280	142	29	155	308	85	19	64	2260
S.ta Antonio	167	89	93	90	102	8	88	110	103	150	21	44	120	39	7	33	1008
Somma	842	451	402	471	475	43	492	499	654	583	103	313	751	206	39	232	5235
		1821					2301					1113					

Macao 31 de Dezembro de 1843. J. Gonçalves Pegado

Figuras 2.2 – Mapa do ano de 1843.

Para o período que se pretende estudar neste trabalho, desde 1770 até 1850, dispomos de cerca de 30 mapas populacionais. De uma forma geral, o modo de enumerar e agrupar as populações presentes nesta colónia parece ter sido bastante padronizada, salvo algumas exceções bastante pontuais, que, todavia, não colocam em causa a fiabilidade dos dados de forma particular. Porventura, apesar de possuirmos um corpo documental que se pode considerar extenso, o mesmo não dispensa um exame crítico atento. A principal questão a ter em vista diz respeito à confiança que podemos ter nos dados apresentados. Como é o caso para os numeramentos populacionais de outras colónias ultramarinas do mesmo período[15], não é necessário procurar muito para localizar pequenos erros nos mapas. Isto também nos levaria a crer que alguns dos números aqui reportados poderiam conter algumas inexatidões, seja nas contagens como no processamento da informação para os mapas. Todavia, não existem provas evidentes disto, sendo apenas uma questão que é importante ter em conta quando se analisa estas fontes históricas. No mesmo sentido, algumas das variações verificadas na população de Macau ao longo dos anos podem ser fruto dessas pequenas incorreções, ainda que parte destas sejam facilmente interpretadas com recurso a uma análise mais detalhada dos dados, tendo igualmente em conta o panorama geral dos dados. Os lapsos temporais devem também ser tidos em consideração quando se tenta enquadrar os dados disponíveis: se para certas décadas possuímos uma grande quantidade de mapas (por vezes até dois no mesmo ano civil), noutros momentos o intervalo entre numeramentos populacionais pode ser superior a uma década. Para se ter uma melhor noção da distribuição cronológica dos mapas veja-se o Quadro 2.1, que compila as informações básicas sobre as fontes e que permite, desse modo, a obtenção de uma imagem de conjunto geral. Isto é, se por um lado temos de analisar cuidadosamente os períodos em que possuímos mapas disponíveis, de modo a eliminar possíveis erros matemáticos, devemos similarmente ter em atenção os intervalos de tempo para os quais não se dispõe de mapas.

Quadro 2.1 - Grelha dos Mapas disponíveis para Macau, 1773-1849

Macau	1773	1773	1774	1791	1803	1804	1809	1810	1811	1813	1813	1814	1815	1816	1823	1824	1827	1830	1831	1832	1833	1835	1836	1837	1838	1841	1842	1843	1844	1845	1846	1849
Sexo		x	x	x	x	x	?	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Grupos etários				x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	?	?	?	?	?		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Escravos	x	x	x		x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Chineses	x						x														x											
Outras castas																		x	x	x												
Estrangeiros		x	x																													
Batismos																						x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Casamentos																						x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Óbitos																						x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

[15] Para mais detalhes informações consultar MATOS, Paulo Teodoro de. The Population of the Portuguese Estado da Índia, 1750-1820: Sources and Demographic Trends. Em: Laura JARNAGIN, ed. *Portuguese and Luso-Asian Legacies in Southeast Asia, 1511-2011: The Making of the Luso-Asian World: Intricacies of Engagement*. Singapura: ISEAS-Yusof Ishak Institute, 2011, vol. 2, pp. 155-177.

Como se pode observar nas Figuras 2.1 e 2.2, os mapeamentos eram enviados em forma de tabela que seguiam, regra geral a mesma estrutura aproximada, tendo sido escolhidos fontes com algum desfasamento temporal para ilustrar essa questão. O título dado varia ao longo do tempo e observa-se sempre presente o período a que se refere o numeramento. A tabela era dividida entre população livre e não livre, sendo a referência à freguesia também um dos elementos presentes. Os mapas apresentavam uma estrutura simples (especialmente se compararmos com os de outras colónias ou até de Macau da década de 1860s para a frente), tornando a sua leitura bastante percetível. Ao nível da informação incluída, isso vai variar no tempo, mas irão existir praticamente dois grandes períodos onde a informação está organizada de forma mais ou menos coesa, entre 1803-1816 e 1823-1849 (ver quadro 2.2). Refira-se ainda que a partir de 1835 passariam a ser incluídas informações sobre os batismos, os casamentos e os óbitos, em cada uma das freguesias de forma regular.

Indiscutivelmente, é importante, quando se analisa estas fontes históricas, ter em conta o que vai para além dos números. Neste caso, falamos das categorizações sociais expostas nos mapas, que são uma importante fonte de informação, já que refletem quais os grupos sociais ou populações para qual as autoridades coloniais da área tinham maior atenção. As grandes divisões existentes em Macau apontam para uma divisão entre católicos e não-católicos, que aparenta ir no seguimento de uma divisão entre os que estão sob autoridade portuguesa e os que estão sob autoridade sínica (Vale, 2013). No essencial a informação contida nos mapas pode ser agrupada de duas formas: (a) tabelas populacionais que agregam a população entre "brancos" e "escravos"; e (b) mais esporadicamente mapas onde se concentra uma grande panóplia de grupos sociais[16], por vezes agregando certas categorias numa só (como as mulheres e as crianças ou até mesmo os livres e os não livres). Por conseguinte, conjugar os dois tipos de informação apresenta os seus desafios interpretativos, limitando a informação que podemos expor nas tendências a longo prazo para o período em estudo.

[16] Temos o exemplo dos Mapas de 1773, 1774 e 1823.

Quadro 2.2 - Quadro das classificações sociais, 1773-1849

	1773	1773	1774a	1774b	1774c	1791	1803	1804	1809	1810	1811	1813	1813	1814	1815	1816	1823	1824	1827	1830	1831	1832	1833	1835	1836	1837	1838	1841	1842	1843	1844	1845	1846	1849
Portugueses	x		x	x	x																													
Classe eclesiástica			x	x	x	x			x								x																	
Classe militar									x								x																	
Mestiços	x																																	
Naturais	x																																	
Cristãos Novos			x		x																													
Chinas gentios	x																																	
Chinas cristãos						x																												
Chinas cristãs						x																												
Homens							x	x		x	x	x	x	x	x	x																		
Mulheres							x	x		x	x	x	x	x	x	x																		
Homens brancos																		x	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Mulheres brancas																		x	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Escravos	x		x	x	x		x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			?		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Escravas				x			x	x		x	x	x	x	x	x	x		x	x			?		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Pretos																				x	x													
Pretas																				x	x													
Escravos Cafre																						x												
Escravas Cafre																						x												

Como será decerto evidente, o conceito de "população" também não é inequívoco. As autoridades contabilizavam o que era possível contabilizar e o que queriam registar naquele momento em particular, neste caso certos grupos bem delimitados, como a população católica e os escravos dos primeiros. Ou seja, estes mapas acabam por ajudar a compreender o panorama político da colónia no período em questão. Bastará ter em conta que a população sínica quase nunca era contabilizada de forma concreta, já que estaria muito provavelmente fora do controlo português e a sua falta poderá indiciar que as autoridades lusas assim o fariam para evitar confrontos ou tensões com o Império do Meio. No entanto, como se constata no Quadro 2.2 existiam contagens esporádicas dos ditos "chinas", mas numa categorização social particular. Note-se no mapa de 1773[17] onde nos é apresentada a contagem de "Chinas Baptisados a que chamam cristãos novos", dispomos igualmente de listagens com a população sínica que se teria batizada em cada uma das freguesias de 1763 até 1774[18]. Esta categorização social acabaria por desaparecer por imposição pombalina, que termina com a diferenciação entre cristãos-velhos e cristãos-novos, pelo menos para efeitos burocráticos[19]. Isto é visível a partir do mapa de 1803.

A leitura que devemos fazer sobre a população descrita nos mapas é uma questão de enfoque teórico à qual deve ser dada a devida atenção de modo a evitar mal-entendidos. À primeira vista, poderá parecer lógico considerar a população apresentada neste estudo como portuguesa, pois este

[17] *Resumo de todos os homens de Macau, assim residentes, como embarcadiços. (?) e de todos os mais cristãos vassalos del Rei nosso Senhor, comprovado com as certidões*, AHU, CU, Macau, Cx. 6, Doc. 47.

[18] *Lista dos Chinas que se tem baptizado nesta freg. de S.to Ant.º desde o anno de 1763 até oprezente de 1774*, AHU, CU, Macau, Cx. 34, Doc. 30; *Lista dos Chinas que se tem baptizado nesta Freg.ª de S. Lour.ço desde o anno de 1763 até oprezt.e de 1774*, AHU, CU, Macau, Cx. 43, Doc. 32; *Lista dos Chinas que se tem baptizado nesta freguezia da Sé desde o anno de 1763 até oprezt.e de 1774*, AHU, CU, Macau, Cx. 7, Doc. 29.

[19] António Vale (2006, p. 367) relata-nos o fim da diferenciação entre os ditos reinóis (portugueses provenientes da metrópole) e os cristãos nascidos nas colónias portuguesas a Oriente, ditada pelas leis do Marquês de Pombal de 1771 e 1774.

é um território que fora fundado por portugueses e por estes administrado. De um ponto de vista jurídico-legal esta parece ser a resposta mais acertada. Porém, a questão é muito mais complexa. Para começar Macau encontrava-se numa posição particularmente delicada do ponto de vista político, económico e social (para não se dizer também jurídico). A colónia não era nada mais que um "aluguer" que as autoridades locais chinesas tinham concedido aos primeiros portugueses, dado o interesse comercial que as autoridades de Cantão tinham no dinamismo económico que os portugueses traziam à região. Ainda que o período de enfoque neste trabalho corresponda, em larga medida, ao período em que a China Imperial perde a sua autonomia e poder de forma clara na balança de forças com o Ocidente, para Portugal isso pouco significou. No final de contas Portugal era já, por esta altura, uma potência colonial decadente sem efetivos significativos e poderio militar (logo, sem poder político concreto) para conseguir tirar os proveitos, como a Inglaterra o fez, do declínio do Império Chinês. Ainda que na década de 40 do século XIX tenhamos na figura do Governador Ferreira do Amaral, uma tentativa de capitalizar da derrota chinesa nas Guerras do Ópio, num esforço de subverter a autoridade chinesa na colónia. Isto levaria a momentos de tensão na colónia, que chegaria a resultar numa contenda militar entre ambas as partes e no assassinato do dito governador, mas sem verdadeiros ganhos políticos para o pequeno território português no Extremo Oriente.

Face a todas estas particularidades das fontes recolhidas, a metodologia utilizada para a caracterização demográfica focou-se nos mapeamentos realizados pelas autoridades locais, por serem as fontes mais concretas de dados que possuímos para tal efeito. Com estes dados procurámos estabelecer séries de gráficos e tabelas, de modo a tentar encontrar padrões e tendências que pudéssemos utilizar na caracterização da população. Foi, por exemplo, utilizada a Taxa de Crescimento Anual Média para compreender a evolução populacional ao longo do período em estudo. Também se estabeleceu análises de género (razão de sexo) e etárias, sendo a primeira especialmente útil na tentativa de comparar Macau com outras colónias no Oriente Português.

Salienta-se ainda que na construção dos quadros e figuras ao longo deste trabalho foram utilizadas todas as fontes primárias relativas a Macau enumeradas no capítulo sobre as Fontes, salvo as exceções que se encontram sempre identificadas através de notas de rodapé, com a referência ao conjunto de mapas utilizados para esse quadro ou gráfico em específico. Sendo que no subcapítulo respeitante aos batismos, casamentos e óbitos, optou-se mesmo por referir essa questão em texto, dado que em todas as tabelas e gráficos aí construídos depreenderam do mesmo conjunto de fontes.

CAPÍTULO 3

A evolução demográfica, 1770-1850

Tomando em consideração as datas extremas, ou seja, 1773 e 1849, observa-se uma tendência estável na população contabilizada nos mapas (Taxa de Crescimento Anual Médio[20] - T.C.A.M. - de -0,14%). Posto de outra forma, os dados dos totais populacionais encontrados nos primeiros mapeamentos demográficos não diferem significativamente dos que se encontram no final da série analisada (ver Quadro 3.1 em baixo), sugerindo assim uma certa estagnação populacional. É claro que o universo populacional de Macau presente nos mapas analisados era relativamente reduzido (na maioria dos Mapas analisados a população total encontra-se entre os 4.000 e os 5.000 habitantes), razão pela qual se encontram regularmente bruscas oscilações (ver Figura 3.1). Assim, neste período de 76 anos ocorreram diversas flutuações com significado. Apesar disso, evidenciam-se três subperíodos com tendências próprias. Um primeiro desenha-se em 1773-1804 marcado por um declínio moderado dos efetivos (T.C.A.M. de 0,22%); um segundo de 1804 a 1815 com um decréscimo ainda mais acentuado (T.C.A.M. de -0,40%); e, finalmente, de 1815 a 1849 quando se opera um incremento intenso dos residentes (T.C.A.M. de 0,56%).

Sem querer apresentar uma ideia excessivamente complexa e ainda que falemos de realidades geográficas completamente distintas é interessante observar que estas tendências não encontram um reflexo nos dados populacionais da metrópole para o mesmo período (Cascão 1998; Serrão 1998b). Ainda que Rui Cascão (1998) faça questão de frisar que o crescimento registado em Portugal se encontra abaixo do que se verifica na Europa, resultado de uma fraca progressão demográfica, especialmente no período entre as invasões napoleónicas e aproximadamente 1835, verdade é que a população portuguesa registou um incremento moderado dos seus habitantes. No entanto, comparando com o enorme Império do Meio podemos falar de um claro desfasamento. Com base nos dados apresentados por Angus Maddison[21], é possível estimar que a população da China cresceu de cerca de 300 milhões em 1770 para aproximadamente 412 milhões em 1850. Este aumento, calculado

[20] A taxa de crescimento anual, pela fórmula dos juros compostos, é a seguinte:

$$\text{tca} = \sqrt[n]{\frac{P_{c2}}{P_{c1}}} - 1$$

Onde: *tca* é a taxa de crescimento anual; *n* é o número de anos do período; P_{c1} é a população à data do primeiro censo; e P_{c2} é a população à data do segundo censo.

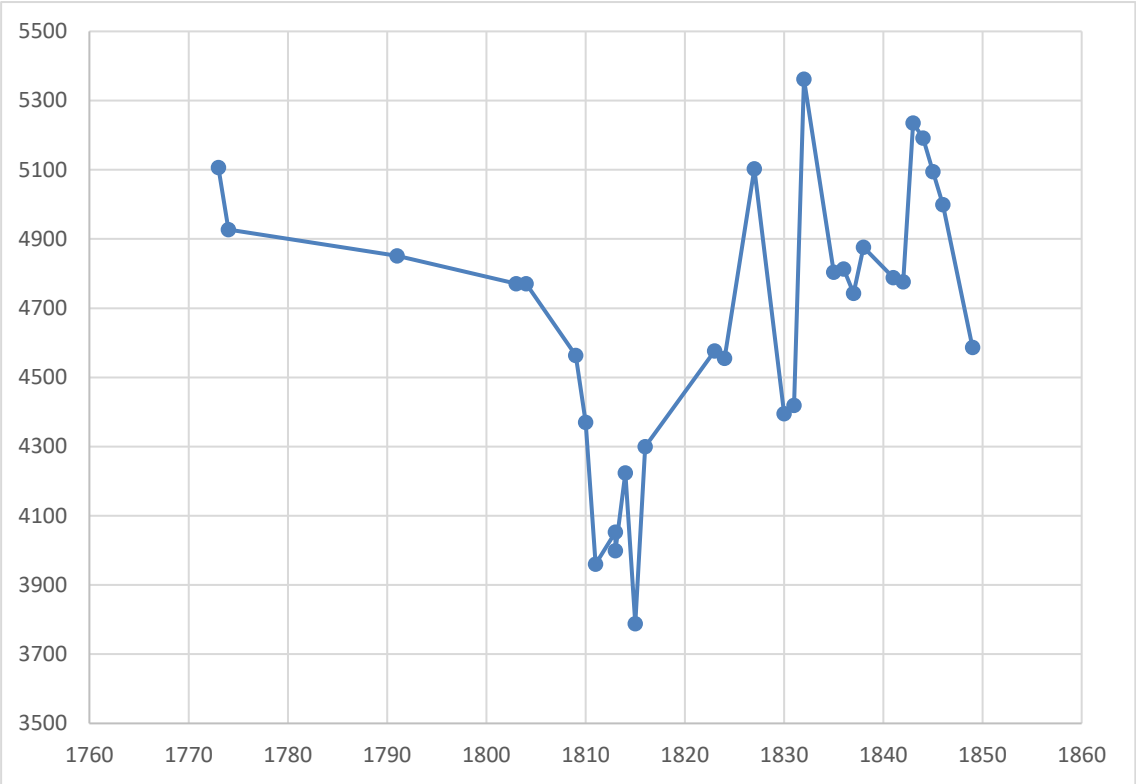
[21] MADDISON, Angus. *The World Economy: A Millennial Perspective*. Paris: OECD, 2001, pp. 263-264.

a partir das tabelas A.5 e A.6 (pp. 263-264), corresponde a um crescimento total de 37% e a uma taxa de crescimento anual média de 0,4%.

Quadro 3.1 - População total de Macau, 1773-1849

Ano	População Total	População do sexo masculino		População do sexo feminino		População sem género definido	
	N	N	Em % do total populacional	N	Em % do total populacional	N	Em % do total populacional
1773	5.107	1.910	37,4%	2.555	50,0%	640	12,5%
1774	4.927	1.785	36,2%	2.515	51,0%	627	12,7%
1791	4.851	1.890	39,0%	2.961	61,0%	---	---
1803	4.771	1.680	35,2%	3.091	64,8%	---	---
1804	4.771	1.706	35,8%	3.065	64,2%	---	---
1809	4.564	1.946	42,6%	2.618	57,4%	---	---
1810	4.370	1.739	39,8%	2.631	60,2%	---	---
1811	3.960	1.591	40,2%	2.369	59,8%	---	---
1813	4.053	1.536	37,9%	2.507	61,9%	---	---
1813	3.999	1.492	37,3%	2.507	62,7%	---	---
1814	4.224	1.630	38,6%	2.594	61,4%	---	---
1815	3.788	1.528	40,3%	2.260	59,7%	---	---
1816	4.300	1.738	40,4%	2.562	59,6%	---	---
1823	4.577	1.301	28,4%	38	0,8%	3.238	70,7%
1824	4.555	1.248	27,4%	2.251	49,4%	1.056	23,2%
1827	5.103	1.419	27,8%	2.442	47,9%	1.242	24,3%
1830	4.395	1.515	34,5%	2.880	65,5%	---	---
1831	4.419	1.532	34,7%	2.887	65,3%	---	---
1832	5.362	1.911	35,6%	3.451	64,4%	---	---
1835	4.804	1.886	39,3%	2.918	60,7%	---	---
1836	4.813	1.900	39,5%	2.913	60,5%	---	---
1837	4.743	1.906	40,2%	2.837	59,8%	---	---
1838	4.876	1.923	39,4%	2.953	60,6%	---	---
1841	4.788	1.951	40,7%	2.837	59,3%	---	---
1842	4.776	2.013	42,1%	2.763	57,9%	---	---
1843	5.235	2.183	41,7%	3.052	58,3%	---	---
1844	5.192	2.178	41,9%	3.014	58,1%	---	---
1845	5.095	2.194	43,1%	2.901	56,9%	---	---
1846	4.999	2.095	41,9%	2.904	58,1%	---	---
1849	4.587	1.863	40,6%	2.724	59,4%	---	---

Figura 3.1 - Evolução do total populacional de Macau, 1773-1849



Até 1811, constata-se o que se pode chamar de linha descendente a dois tempos no total populacional de Macau. Em termos históricos não encontramos linhas de força que possam ter causado a queda de mais de 1.000 indivíduos na colónia. A queda parece ser absorvida de igual forma pelos dois géneros, pelo que os dados do mapa de 1811 nos parecem corretos.

Uma explicação plausível poderá estar no contexto das lutas napoleónicas. No primeiro mapa encontrado após a Primeira Invasão Francesa a Portugal (1807), observa-se um acelerar da queda populacional (em termos numéricos falamos de apenas 207 indivíduos). Poderá supor-se que dada a mudança da sede da coroa para a então colónia do Brasil, logo em 1807, possa ter existido algum caos na metrópole[22]. Por um lado, poderá ter demorado à coroa voltar a enviar novos contingentes administrativos e militares para a colónia numa primeira fase, por outro lado a mudança da Corte para o Brasil também poderá ter representado uma oportunidade para alguns habitantes da colónia no Extremo Oriente emigrarem para novas terras. No entanto, existem em Macau uma série de outros

[22] Na verdade, o interesse dos portugueses em emigrar desde o Reino até Macau, por esta altura, parece bastante reduzido. Os principais fluxos migratórios apontam para o Brasil. Muitas vezes a única forma de enviar colonos para Macau era através do que se poderá chamar de desterro, criminosos viam a sua pena comutada em troca de serviço militar na colónia. Dado que a metrópole se encontrava ocupada as invasões francesas e todos os problemas que as mesmas trouxeram, é normal que o envio desses ditos indivíduos parasse.

eventos que podem igualmente justificar os dados constatados. Em 1808 assistimos à ocupação, ainda que muito breve, da colónia por tropas britânicas sob o pretexto de defesa de uma suposta invasão francesa. No ano seguinte e até 1810 observar-se-á uma série de batalhas ao longo de Macau contra a armada de chineses do pirata Kam-Pau-Sai que por várias vezes atacaram as embarcações em redor da colónia, em incursões que perduravam desde pelo menos 1801 (Gomes, 1987). Porém, segundo Luís Gonzaga Gomes (1987) os portugueses não terão sofrido qualquer baixa no conflito. Logo, o que poderia explicar a descida populacional seria a possível fuga de indivíduos do território.

Já em março de 1804 nos era referido num "Acordão de vereação de 24 de Março de 1804"[23] a existência de cerca 70 embarcações de piratas chinesas que estavam presentes nas águas envolvente a Macau e colocavam em causa a segurança da colónia. Novamente em abril volta a surgir um novo aviso num outro acórdão da vereação[24] acerca do aumento da pirataria, dando conta que o "palla" britânico comprado era insuficiente para dar vazão à situação. Em maio do mesmo ano, uma carta do Governador de Macau ao Governador do Estado da Índia, pedia que a guarnição militar fosse reforçada. Ao longo deste ano são várias as referências à pirataria que assola Macau em vários Acordãos de Vereação. O exagero de algumas fontes é visível, se na fonte acima referida são falados em 70 embarcações, numa nova carta do governado de Macau ao Governador do estado da Índia datada de 25 de novembro de 1804, o governador da colónia fala em 400 embarcações piratas que estariam a fustigar Macau e as suas embarcações. É igualmente interessante observar uma carta do Senado ao governado do Estado da Índia de dezembro de 1804, no qual eram explicadas "as razões da ruína de Macau e as medidas tomadas para impedir o seu agravamento.", que segundo o relatado demonstram que a situação económica não seria a melhor. Estes eventos poderão ser um dos motivos para a descida registada nos mapeamentos, ou, pelo menos, podem ter contribuído, juntamente com os outros motivos supracitados, para a saída de habitantes do território.

Porém, o que dizer da subida populacional que se regista até 1827 e atinge o pico mais alto em 1832? Ainda antes do fim das Guerras Napoleónicas na Europa vai-se registar uma recuperação populacional em Macau. Isto poderia apontar-nos para uma recusa do argumento que as mesmas tiveram impacto na colónia. Na verdade, tanto esta subida, como a anterior queda registada no Gráfico 1, poderia ser explicada por outro fator: o ópio. Em meados do século XVIII os britânicos descobriram

[23] MATOS, Artur Teodoro de, e SALDANHA, António Vasconcelos de. *Fontes Históricas sobre Macau no Arquivo Histórico de Goa. Séculos XVI a XIX: Um Catálogo*. Macau: Universidade de Macau, 2021, p. 176.

[24] MATOS, Artur Teodoro de, e SALDANHA, António Vasconcelos de. *Fontes Históricas sobre Macau no Arquivo Histórico de Goa. Séculos XVI a XIX: Um Catálogo*. Macau: Universidade de Macau, 2021, p. 177.

uma enorme procura por ópio entre a população chinesa, apesar da sua proibição[25]. Ainda que os portugueses tivessem sido os primeiros a lucrar com este negócio, no final do século os ingleses já representavam a maior porção dos comerciantes. Em meados da década de 1820 a balança comercial era já desfavorável à China devido ao comércio do ópio que se vinha cada vez mais a intensificar. (Haw, 2019)

Também Luís Gonzaga Gomes (1987) nos dá uma importante pista que poderá explicar a recuperação demográfica, revelando que a supressão da pirataria também acabaria por favorecer os mercadores chineses e estrangeiros[26]. Ou seja, a subida demográfica após 1810 poderá ser efeito do aumento do comércio no geral, devido ao fim do perigo da pirataria, e não apenas da existência do comércio do ópio propriamente dito, ainda que este último tivesse provavelmente um peso maior. Refira-se ainda que João Carlos Oliveira (2000, p. 336) relata a chegada da cólera de 1817, passando a epidémica em 1820, porém não existindo mapeamento para os anos em questão (não existem numeramentos entre 1816 e 1823) e não parece ter tido um grande impacto demográfico.

Relativamente à quebra regista entre 1827 e 1830 e que se mantém no Mapa de 1831 é difícil apontar uma causa concreta. Com base nos dados, somos capazes de verificar que a principal mudança registada no período parece ser a redução no número de adultos na população livre, especialmente nas mulheres na freguesia da Sé. Se em 1827 existiriam 940 mulheres adultas livres nessa localidade, esse número baixa para mais 563 em 1830. Também na freguesia de Santo António se regista uma redução de quase 100 mulheres nos numeramentos. Como se observa no Gráfico 2, os mapas de 1830 e 1831 destoam na tendência de acrescimento verificada nos mapas anterior, mas novamente, dada ao universo populacional relativamente reduzido da cidade, os dados parecem credíveis. De 1827 para 1830 a população decresce em 13,9 pontos percentuais, que em termos numéricos se traduz em apenas 708 indivíduos, que são números aparentemente verosímeis.

Também no Mapa de 1832 se regista um súbito aumento populacional que parece ser motivado por um aumento populacional na freguesia de Santo António, que regista um incremento na ordem dos 79,1%. Contextualizado o incremento, ele representa um aumento de 723 indivíduos, sendo que em 1831 a população total naquela local era de 914 habitantes. O aumento ocorre na população maior de idade, em ambos os casos sem razão aparente. A descida regista no mapeamento de 1835 poderá levar-nos a crer que os dados de 1832 estão errados para a sobredita freguesia, mais não seja por este

[25] Em 1719 fora proibida a venda e a utilização e em 1796 a importação e o cultivo foram proibidos, ambas as medidas aparentemente sem efeito, uma das causas terá sido a corrupção dos funcionários chineses, que sendo utilizadores dessa substância, permitiam o seu comércio (Haw 2019, p. 187).

[26] Deve-se salientar, que em inícios do século XIX, 25 habitações estariam a ser utilizadas por estrangeiros, entre os quais estariam ingleses, franceses, holandeses, suecos e arménios.

representar um pico populacional na freguesia que não encontra reflexo em toda a série analisada. No entanto Beatriz Bastos Silva (1995, p. 77) relata-nos que existiu, em 1834, um incêndio que terá destruído cinco centenas de moradias em Macau. Perante estes dados, talvez os dados apresentados para 1832 e subsequente descida pudessem ter algum grau de viabilidade. Verificamos, por exemplo, que na freguesia de São Lourenço a população regista um aumento de 401 habitantes de 1832 para 1835 e efetivamente a população continua a registar aumentos até 1846, portanto, uma subida populacional como a registada em Santo António não seria algo sem sustentação.

Novamente, nos últimos Mapas (1843-1849), onde se regista uma queda que se prolonga desde 1843 até ao final da série, a qualidade dos dados levanta algumas preocupações. Os dados presentes no mapeamento de 1849 sugerem algum tipo de manipulação, presumivelmente para servir interesses administrativos, nomeadamente o fim imposto da escravatura. Verifica-se uma diminuição superior a 50% no número total de escravos relativamente a 1846. Ainda que se possa atender ao intervalo temporal e mesmo o contexto sociopolítico como possível causa, o facto de os números aparentarem ter sido propositadamente arredondados, juntamente com a brusca oscilação, leva-nos a crer que poderá ter existido manipulação nos dados. Esta descida não deverá ser interpretada como sinónimo do término da escravatura, existiria sim, um interesse político em terminar com a classificação social. Isto é, a redução poderá não representar a efetiva realidade na colónia, sendo possível que muitos desses escravos pudessem ter sido classificados como *contratados*, uma nova tipologia social, que ainda que não esteja presente nos mapas analisados ao longo do presente estudo, estaria presente, mais não seja através dos ditos coolies. No entanto, deve-se salientar que Beatriz Bastos da Silva (1995, p. 113) refere que a partir de 1845 começa a existir um "acentuando fluxo migratório de macaenses", não só para a recém-fundada Hong Kong como para uma série de outras localizações na região.

Quando se confronta os dados na Tabela B com dados de períodos anteriores levanta-se, igualmente, a hipótese da população de Macau se encontrar numa aparente estagnação desde o princípio da centúria anterior (XVIII). Comparando os dados aqui apresentados com os encontrados por António Vale (2013) para 1720 e 1745, este diz-nos que a população total de Macau seria de 4.836 e 5.212 habitantes respetivamente, não se observa uma diferença significativa, que justifique a ideia de que o território estaria numa certa decadência económica (e nesse sentido social) que perdura até meados do século seguinte, sendo o estabelecimento de Hong Kong muitas vezes visto como o culminar do processo de secundarização de Macau. A ideia de estagnação populacional já havia sido avançada por Susana Münch Miranda e Cristina Seuanes Serafim (2001), mas neste caso para o século XVIII. Perante os dados que dispomos para a primeira metade da centúria seguinte, parece correto afirmar que esta estagnação se mantém pelo menos na população contabilizada nos mapas. As razões para tal efeito populacional podem ser várias, a falta de interesse nas colónias portuguesas no Extremo

Oriente por parte da população metropolitana poderá ser interpretada como um forte fator, ainda para mais quando, ao longo século XIX, o Brasil se apresentava como um forte atrativo para as massas migratórias. Novamente, também a ideia de que a metrópole estava envolta num caos político e social não deve ser descurada. A seguir ao período das invasões francesas seguem-se as Guerras Liberais 1832-1834, sendo que o próprio período de transição entre Antigo Regime e o Liberalismo deixariam a sua marca na componente social. Mas, de um modo geral, os dados analisados parecem indicar que a colónia não se encontrava em condições económicas particularmente desfavoráveis, ao ponto de levar a uma debandada migratória, mas não estava de todo em posição de competir com destinos muito mais atrativos, como era o caso das Américas.

3.1. As tendências nas freguesias de Macau

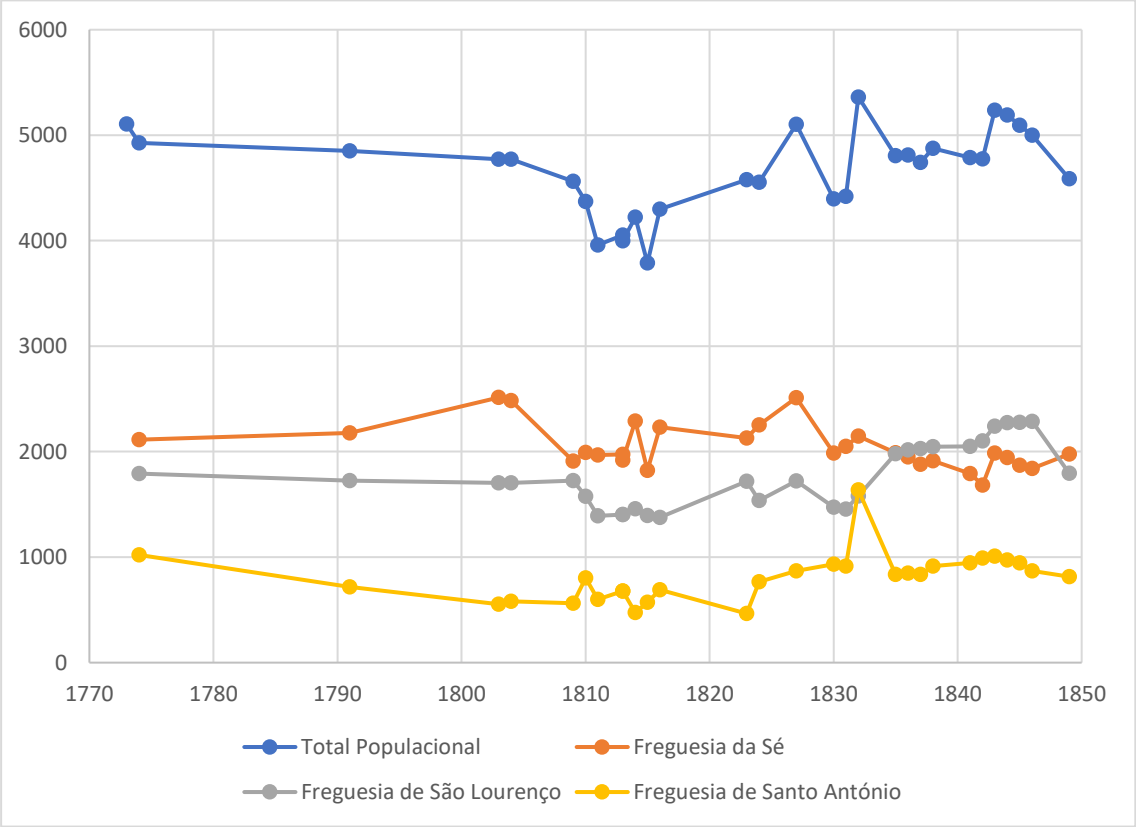
Será que as tendências populacionais identificadas para o território eram acompanhadas pelas três freguesias que o compõem? Ou será que estaremos perante freguesias com diferentes tendências? Com base nos dados coletados (ver Anexo A) a segunda hipótese terá mais fundamento. Através destes dados também é possível verificar que as freguesias são a causa direta de determinada quebra ou incremento populacional (ver Figura 3.2). Por exemplo, conseguimos entender que o súbito aumento de 1831 para 1832 se deve em larga medida a um espetacular aumento populacional na freguesia de Santo António. Um aumento de quase 80%, relativamente ao registado em 1831. Mesmo tendo em atenção que Santo António era o local onde menos população registamos nestes mapeamentos, este súbito aumento levanta sérias dúvidas sobre a fiabilidade dos dados obtidos nesta freguesia. Já em 1824 esta freguesia tinha contabilizado um aumento de 64,7% relativamente à contabilização anterior (1823). Porém, aqui o efeito no total populacional é quase nulo, por um lado porque nesse mesmo ano a freguesia de São Lourenço regista uma queda de 10,7% e por outro lado 262 elementos que não tinham sido acoplados a nenhuma freguesia em específico no mapeamento anterior ajudam a equilibrar a situação.

Sabemos que seria nas freguesias da Sé e de São Lourenço que se juntariam as famílias mais proeminentes de Macau. Na Sé, a única contagem que levanta dúvidas sobre a sua credibilidade está no Mapa de 1815, onde se regista uma queda de 20,4% para o numeramento anterior (1814) e que na contagem posterior (1816) volta a registar um novo aumento de 22,6%. Em termos reais representa uma queda de cerca de 460 habitantes e posterior subida nos mesmos números. Por outro lado, em São Lourenço o mapeamento de 1849 menciona uma queda de 21,6% para a contagem anterior (1846).

Ao nível de *trends*, dado estarmos a falar de pequenos agrupamentos numéricos, é difícil desenhar tendências como se fez para a população no seu todo. Na Sé, constata-se uma subida entre 1774 e

1804, seguida de um decréscimo entre 1804 e 1809, que estabiliza até 1813, voltando a subir entre 1814 e 1832, com um pico em 1827. A partir de 1835 e até ao fim da série, a população desce ligeiramente abaixo do patamar dos dois mil indivíduos e assim fica até 1849. A freguesia de São Lourenço, por seu turno, apresentava números muito estáveis entre 1774 e 1809, após uma queda até 1811, mantêm-se novamente estável até 1832, com dois picos em 1823 (subida de 24,9%) e 1827 (subida de 12,2%). A partir de 1832 aumenta o total populacional (em 25,4%) e ultrapassa mesmo a freguesia da Sé como a freguesia mais populosa, sendo que no último mapeamento volta a cair para atrás desta. Por fim, Santo António, apresenta basicamente dois ciclos, uma ligeira queda que se estende de 1774 até 1823 e posterior subida, também muito ligeira até ao fim da série. Apresentando sempre valores abaixo dos mil indivíduos (à exceção do início, em 1774 e também 1832, que já tínhamos analisado como dados potencialmente errados).

Figura 3.1 - Evolução da população de Macau por freguesia, 1773-1849



Ou seja, apenas a freguesia da Sé é capaz de fugazmente espelhar as tendências verificadas na população, o que até é natural dado que é a freguesia com maior peso da população total durante grande parte do período. As restantes freguesias apresentam movimentações algo distintas, contribuindo assim para a ideia inicial de termos três freguesias com diferentes registos demográficos. É interessante, no entanto, observar que as freguesias mais ricas compõem o grosso populacional de

Macau. Isto levanta a possibilidade de em Santo António viver parte da população chinesa intramuros que não seria contabilizada nos mapeamentos.

Outro conjunto de dados de interesse está na contagem de fogos existentes no território, que se encontra disponível para o período entre 1835 e 1849 (Quadro 3.2). Os dados confirmam que era na Sé e em São Lourenço que se encontravam a maioria dos fogos, algo natural dado que era aí que segundo os mapas consultados vivia a larga maioria populacional (ver Anexo A). Porém, ao analisar o número de fogos por habitante é possível verificar uma situação algo estranha com a freguesia de São Lourenço. A freguesia da Sé apresenta uma média de 4,8 habitantes por fogo (4,5 se retirarmos a estranha situação registada em 1837). Mas São Lourenço apresenta a média de fogos por habitante mais elevada em toda a série, 7,6 habitantes por fogo. Em termos populacionais os números mantêm-se relativamente estáveis durante o período, com exceção para 1849, a razão dos números encontra-se no reduzido número de fogos na freguesia, que é mais claro quando comparando com a Sé. Ainda que São Lourenço apresente mais habitantes, em média apresenta menos 28,5% (115,7) de fogos que a Sé.

Quadro 3.2 - Número de fogos por freguesia e total, 1835-1849[27]

Ano	Freguesias			Total	Variação
	Sé	São Lourenço	Santo António		
1835	351	211	116	678	""
1836	273	213	210	696	2,7%
1838	484	431	146	1.061	52,4%
1841	366	233	160	759	-28,5%
1842	366	250	164	780	2,8%
1843	415	260	167	842	7,9%
1844	450	344	156	950	12,8%
1845	430	345	148	923	-2,8%
1846	535	321	143	999	8,2%
1849	403	308	152	863	-13,6%

3.2. Composição social / estrutura social de Macau

Macau era uma cidade cosmopolitana, no seu seio poderíamos encontrar diversos grupos sociais entre portugueses, mestiços, *nhons*, libertos, escravos, chineses e outros estrangeiros (espanhóis, franceses, ingleses, etc.). Na verdade, para as características gerais da população de Macau que pretendemos traçar, as classificações acima referidas não terão, na sua maioria, um lugar de destaque, dado que apenas eram utilizadas nos mapeamentos de forma muito esporádica. As ordens adjacentes ao

[27] Dados retirados das fontes 22 a 32.

diploma régio de 1776 no que concerne à forma de contagem da população eram sobretudo dirigidas para uma contagem etária (que acabaram por não ser cumpridas em Macau), as indicações transmitidas neste primeiro diploma acabaram por ser alteradas em 1797 para incluir grupos sociais na contabilização (Matos, 2013). Em Macau as autoridades optaram por fazer apenas a distinção entre população livre e não livre na maioria dos casos, contabilizando apenas a população cristã. Assim sendo, apenas é possível desenhar linhas de análise de longo termo com as populações cristãs, livres e não livres, onde acabaram por se formar tendências a longo termo algo contrastantes.

A categorização presente na documentação enviada de Macau para o Conselho Ultramarino em Lisboa advém, muito provavelmente, de uma atitude de afirmação de autoridade portuguesa sobre a população cristã da colónia, mas evitando uma confrontação com as autoridades sínicas relativamente à autoridade sob a população chinesa não cristã que vivia no território. Não obstante, é plausível que dentro da população cristã encontrássemos uma grande panóplia de grupos sociais, existindo a possibilidade de se encontrar população não cristã, ou mesmo cristã e chinesa. Nesse sentido, a população contabilizada deve ser encarada como a população onde as autoridades lusas consideravam que tinham jurisdição política e judicial.

No grupo da população livre existiu uma tendência estável ao longo do período 1773-1849, com a TCAM a registar 0,02%, que é praticamente o mesmo que dizer que a população estagnou durante este período. Registam-se flutuações populacionais ao longo do período em análise, que tendem a acompanhar o registo da população cristã total como se verifica no Gráfico 2. Até nos subperíodos desenhados em cima para a população total, este grupo acompanha os valores totais, ainda que os valores de TCAM sejam bastante distintos. De 1773 a 1804 desenha-se um primeiro subperíodo onde encontramos um ténue decréscimo populacional, com uma TCAM de -0,36%, praticamente em linha com os -0,22% da população total. Porém, de 1804 a 1815 a TCAM é de -1,99%, praticamente uma quebra cinco vezes maior do que o que fora registado na população total. Observando-se os dados torna-se evidente a razão. Ao longo deste segundo subperíodo, o número de escravos irá manter-se razoavelmente estável, apresentando até uma tendência crescente, inclusivamente 1815 é mesmo o ano em que se regista o maior número de escravos em Macau (1.573). No entanto, os números da população livre seguem um ritmo contrário, tanto que 1815 trata-se mesmo do ano em que se regista o número mais baixo de toda a série (2.215). Por fim, no último período (1815-1849) temos uma taxa de crescimento de 1,83% ao ano, anulando parte da descida do período anterior e colocando os números no mesmo patamar dos encontrados no início da série.

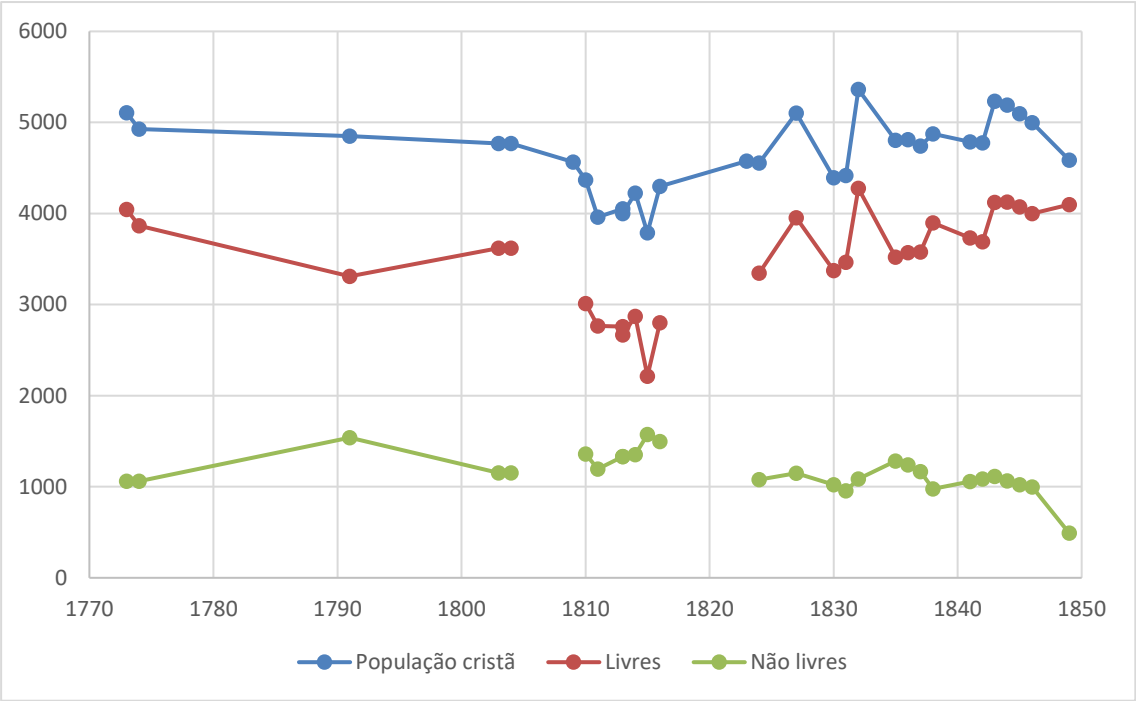
Quadro 3.3 - Evolução da população de Macau, total e por grupo, 1773-1849

Ano	População Total	População livre		População não-livre	
	N	N	Em % do total populacional	N	Em % do total populacional
1773	5.107	4.047	79,2%	1.060	20,8%
1774	4.927	3.867	78,5%	1.060	21,5%
1791	4.851	3.312	68,3%	1.539	31,7%
1803	4.771	3.619	75,9%	1.152	24,1%
1804	4.771	3.619	75,9%	1.152	24,1%
1809	4.564[28]	---	---	---	---
1810	4.370	3.011	68,9%	1.359	31,1%
1811	3.960	2.766	69,8%	1.194	30,2%
1813	4.053	2.760	68,1%	1.333	32,9%
1813	3.999	2.666	66,7%	1.333	33,3%
1814	4.224	2.871	68,0%	1.353	32,0%
1815	3.788	2.215	58,5%	1.573	41,5%
1816	4.300	2.802	65,2%	1.498	34,8%
1823	4.577[29]	---	---	---	---
1824	4.555	3.346	73,5%	1.079	23,7%
1827	5.103	3.953	77,5%	1.150	22,5%
1830	4.395	3.374	76,8%	1.021	23,2%
1831	4.419	3.465	78,4%	954	21,6%
1832	5.362	4.277	79,8%	1.085	20,2%
1835	4.804	3.520	73,3%	1.284	26,7%
1836	4.813	3.572	74,2%	1.241	25,8%
1837	4.743	3.577	75,4%	1.166	24,6%
1838	4.876	3.899	80,0%	977	20,0%
1841	4.788	3.731	77,9%	1.057	22,1%
1842	4.776	3.691	77,3%	1.085	22,7%
1843	5.235	4.122	78,7%	1.113	21,3%
1844	5.192	4.126	79,5%	1.066	20,5%
1845	5.095	4.074	80,0%	1.021	20,0%
1846	4.999	4.000	80,0%	999	20,0%
1849	4.587	4.097	89,3%	490	10,7%

[28] Em 1809 os livres e escravos foram colocados no mesmo grupo.

[29] Optou-se por não se utilizar os dados dos grupos referentes ao ano de 1823 dado que parece ter sido apenas contabilizado os escravos do sexo masculino, sendo que as escravas estariam inseridas na categorização "Mulheres (e?) crianças". Isto torna-se notório por terem sido registados apenas 537 escravos, quando no mapa anterior (1816) regista-se 1.498 e no seguinte (1824) registam-se 1079. Se no primeiro caso pode-se argumentar que o intervalo temporal tenha tido o seu impacto, ainda que uma descida de quase 1.000 indivíduos seja suspeita, quando comparando com o mapa que é já no ano seguinte observamos que muito possivelmente apenas terão sido contabilizados parte dos escravos.

Figura 3.2 - Evolução da população de Macau, total e por grupo, 1773-1849



Tal como na maioria das colónias portuguesas, a população escrava apresentava-se como uma importante força laboral. Como se pode observar na Figura 3.2 Esta vai registar uma tendência decrescente ao longo deste período. As razões para isso não são totalmente claras, efetivamente o fim progressivo (e teórico) da escravatura pode ter tido o seu efeito e nesse sentido poder-se-ia assumir a inclusão destes elementos no grupo da população dita livre sob a categorização de libertos ou contratados. Ana Amaro (1998, p. 122) refere-nos que o tráfico terá sido suprimido em 1836, mas só em 1856 a escravatura fora abolida no território. Porém, não temos informações relativamente a essa possível transferência de população, dado que as autoridades optaram por não incluir esse tipo de informação nos mapeamentos.

A sua ocupação parece-nos indicar sobretudo para o trabalho doméstico (Vale 2006, p. 71), como já fora explicado Macau seria sobretudo um entreposto comercial e vivia-a dessa atividade, dando-se assim um "aproveitamento" distinto aos escravos do que se observaria em colónias como Angola ou Moçambique, onde teriam funções laborais sobretudo na agricultura. As produções agrícolas em Macau seriam bastante reduzidas e ainda que não se possa descartar a utilização de escravos para o embarque e desembarque de mercadorias, a elevada quantidade de escravas parecem favorecer a ideia da sua utilização para tarefas domésticas. Ideia que é confirmada por António Vale (2006, p. 360-361).

Aqui também seria pertinente relatar algumas das críticas do clero, na figura dos bispos, que se mostravam chocados não só com a falta de moralidade da população, como com os "haréns" de escravas que alguns portugueses tinham ao seu dispor (Amaro 1998, p.176 e Vale 2006, p. 362-364) Isto abriria a porta à miscigenação, onde a prole era por vezes libertada pelos progenitores[30].

Por outro lado, é algo difícil saber-se com exatidão qual a proveniência dos escravos. Assume-se que os mesmos fossem originários de África, mas para o caso de Macau e dada a proximidade com a China poderá supor-se a existência de escravos de etnia chinesa. Ainda que os mesmos fossem proibidos aos portugueses desde pelo menos 1624, sabemos que num numeramento, que Ana Amaro (1998, p. 112-113 e 175) atribui a 1722, estariam possivelmente contabilizados escravos de origem chinesa[31]. Porém, a mesma autora refere-nos a preferência por escravos africanos, mais especificamente os ditos *cafres*[32]. Esta linha de pensamento parece ter o seu sustento nos mapas encontrados. De um ponto de vista lógico parece-nos possível assumir que a maioria dos escravos fossem provenientes das colónias portuguesas na costa de África Oriental, numa posição privilegiada para o comércio no Oceano Índico. Mas a autora supramencionada parece dar a entender que esta preferência seria referente aos escravos do sexo masculino, já que pouco depois expõe que as escravas teriam variadas nacionalidades. Isto levanta a possibilidade de que os escravos seriam utilizados nos trabalhos fisicamente mais exigentes, que dada a não existência de produções económicas em Macau semelhantes às encontradas, por exemplo no Brasil ou nas colónias africanas, seria possivelmente o trabalho na zona portuária (transporte de mercadoria) e outros trabalhos mais fisicamente pujantes dentro das casas dos donos. Isto justificaria o seu reduzido número, relativamente às escravas do sexo feminino, a quem competiria principalmente o trabalho doméstico.

Analisando os dados obtidos, o número de escravos em Macau parece manter-se estável durante a maioria do período analisado, situando-se entre sensivelmente entre os 1.000 e os 1.500 indivíduos, ressalvando-se apenas uma quebra no último mapa analisado (que já fora mencionado em cima). Os dados para os escravos não encontram reflexo visível na população livre, pelo contrário, parece que são grupos que andam em contrassenso, na medida em quando um sobe o outro desce e vice-versa.

Quando analisado o peso de cada grupo dentro da população de Macau (Quadro 3.3 e Figura 3.4), a população escrava compõe entre 20% a 30% da população total, a exceção são os Mapas de 1815 e 1849. Do último já fora referida a possível razão. Os valores observados em 1815 parecem ser

[30] Jorge Flores (2000) refere que os senhores por vezes deixavam explicito nos testamentos que os escravos fossem libertados.

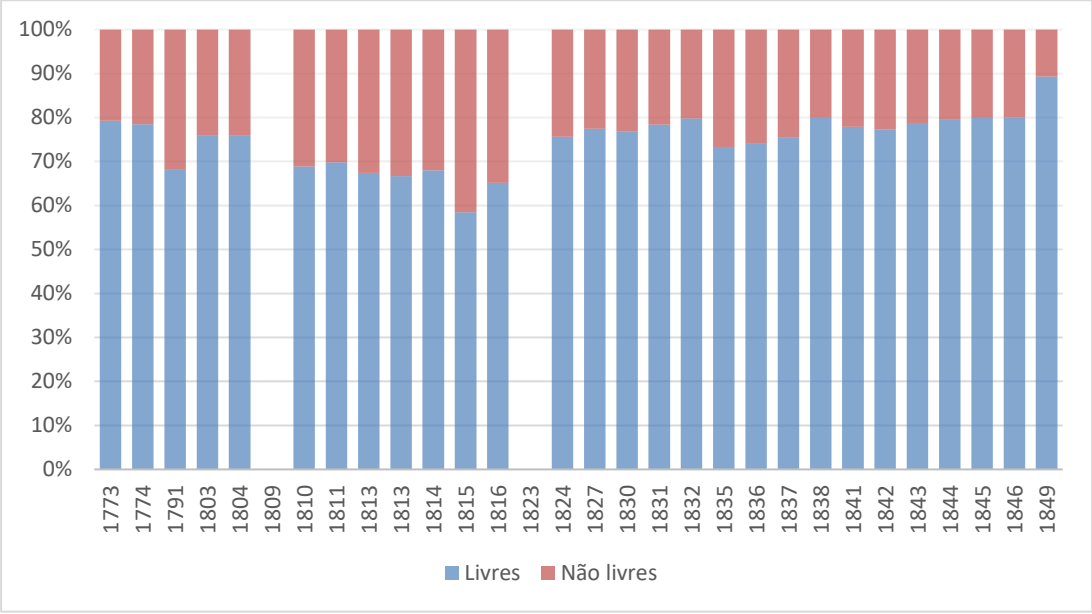
[31] Nesse numeramento aparece-nos consagrada a expressão "Escravas Chinas, Timoras e doutras naçoens", ou seja, não só nos deixa em aberto a possibilidade de existirem escravos de origem chinesa como de Timor.

[32] Escravos proveniente de África Oriental.

sobretudo resultado de uma queda demográfica da população livre, especialmente na freguesia da Sé (Anexo A). Porém os restantes Mapas parecem veicular informações fiáveis.

Os números encontrados favorecem a tese de uma importante população escrava, contrapondo Macau como um *caso suis* generis dentro do grupo das colónias portuguesas no Oriente. Segundo Paulo Teodoro de Matos (2017) o peso da população escrava noutras colónias seria reduzido, mesmo em Goa o número seria muito inferior e rondaria os 1-2% durante os finais do século XVIII e inícios de XIX, ainda que fosse muito superior na ilha de Goa (Matos 2011). O mesmo se passaria em Damão, sendo que em Diu o número de africanos[33] rondaria os 5% da população total contabilizada (Paiva 2015, p. 166). Tendo o Estado da Índia como ponto de comparação, Macau claramente destoa. Porém, deve-se ter em conta que os numeramentos anteriormente citados muitas vezes compõem nas suas listagens população local não cristã, especialmente para os casos de Damão e Diu onde mais de 90% dos habitantes contabilizados eram não cristãos. Em qualquer um destes territórios a população total presente nos numeramentos era superior à registada em Macau, em parte devido à falta de contabilizações regulares da população chinesa.

Figura 3.3 - Peso de cada grupo social dentro da população total de Macau, 1773-1849



Estes números também vêm dar uma nova luz sobre o verdadeiro peso dos escravos em Macau. Ainda que os números sejam efetivamente impressionantes tendo por base uma comparação com Goa, a população escrava em Macau rondaria os 25,7%[34] da população total durante o período 1773-

[33] Diogo Paiva (2015, p. 163) juntou as populações africanas (negros, pardos, livres ou não livres) numa só categoria de "africanos" para facilitar a comparação

[34] O Mapa de 1849 foi retirado por parecer não dar estatísticas corretas sobre a população escrava.

1846, os números estão distantes do que até agora a historiografia alegava (com os dados disponíveis), supondo-se que um terço da população contabilizada fosse escrava, isto apenas parece ser verdade para o período entre 1811 e 1816.

3.3. Relação de sexos

Os dados apontam-nos para a existência de uma "sociedade feminina", ou seja, pela prevalência no número de elementos do sexo feminino sobre o sexo oposto na sociedade macaense (ver Quadro 3.4). Esta situação tanto ocorre na população livre como na escrava. Os fatores por detrás de estes dados são vários. Por um lado, um dos mais evidentes é a falta de colonos masculinos proveniente da metrópole. Há muito que Macau tinha perdido a sua atração económica e os únicos elementos a chegarem parecem ser sobretudo do aparelho burocrático, tanto que até para preencher as vagas na força defensiva da cidade existia um problema. A par disso, temos aparentemente uma elevada taxa de mortalidade masculina, especialmente (e comprovadamente) entre aqueles que faziam do comércio marítimo a sua vida. Parece que as tempestades e os confrontos com piratas em alto mar levavam consigo muitos habitantes (Vale 2013). Isto parece encontrar sustentação no elevado número de viúvas que a cidade tinha. No entanto, também não seria totalmente descabido imaginar que dado a prática do jogo na cidade, adviessem daí óbitos resultantes de desavenças.

O número de mulheres era tão elevado que chegava mesmo a ser um problema social. Quando em meados do século XVIII Frei José de Jesus Maria escreve sob a sociedade macaense, relata-nos o elevado grau de pobreza em que muitas vivem. A situação é aparentemente tão dramática que surgem referências à prostituição entre as mulheres europeias da parte das autoridades chinesas (Vale 2013, p. 76). Também a vida libertina de algumas mulheres era mal vista (e comentada) pelas autoridades religiosas portuguesas (Amaro 1998).

Efetivamente, o traço dominante em todos grupos sociais representados e no total populacional é a relação de sexo[35] apontar para um número superior de mulheres. Ainda que com diferentes tendências (ver Figura 3.4). Se no seu total a população mantem uma tendência ascendente muito ligeira, no caso da população livre vemos claramente uma tendência ascendente mais robusta (Figura 3.5), ou seja, vão existindo cada vez mais homens para cada mulher, que é causa direta do aumento do número de homens e não da redução no número de mulheres livres, que apesar de uma redução entre 1810 e 1827, volta a apresentar números acima dos dois milhares a partir de 1830 e até ao final do período em estudo. No caso da população não livre, observa-se a tendência inversa (Figura 3.6),

[35] A relação de sexo calcula-se da seguinte forma: $\frac{População\ do\ sexo\ masculino}{População\ do\ sexo\ Feminino} \times 100.$

onde a diferença numérica entre homens e mulheres é cada vez mais larga. Neste caso, a causa está na maior redução do número de homens em proporção. Se em 1791 contamos 633 homens escravos, em 1846 observa-se apenas 321, ou seja, uma redução de 49,3%. No entanto para o mesmo período contam-se 906 e 678 mulheres, respetivamente, uma perda de apenas 25,2%.

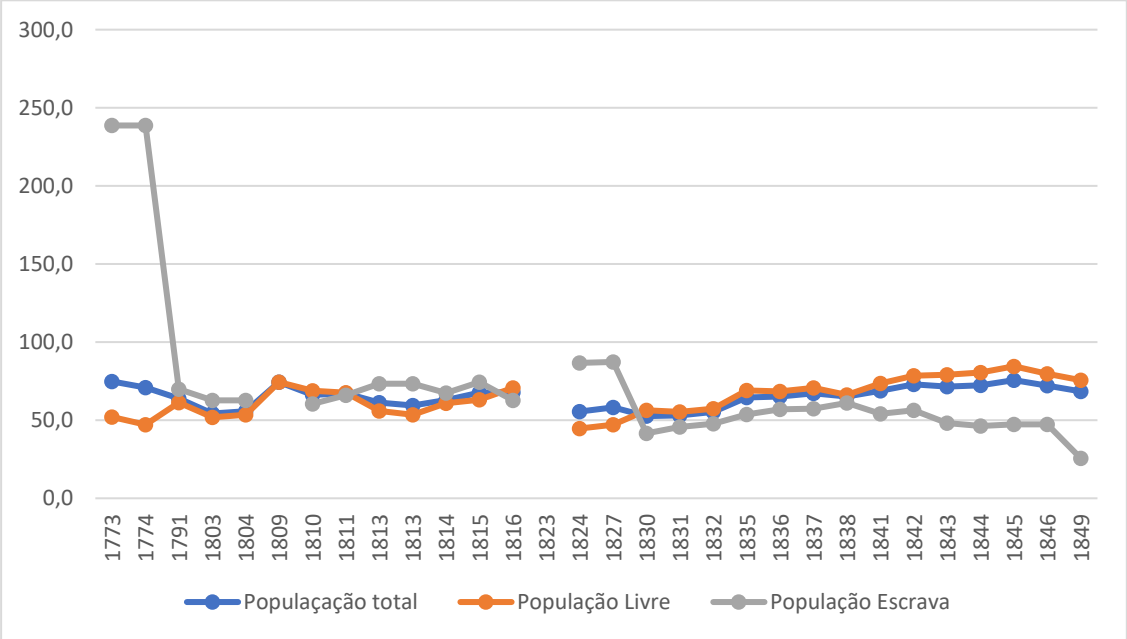
No panorama das possessões portuguesas no Oriente, tanto Damão e Diu apresentavam populações onde a relação de sexo se encontrava abaixo dos 100% (ou seja, onde existiam mais mulheres do que homens) nas primeiras duas décadas de 1800s. Apenas Diu poderia ser considerada par a par com Macau, mais não seja pelas analogias geográficas semelhantes, sendo ambos espaços exíguos e sobretudo de foco comercial e urbano. Comparando com os dados encontrados por Paiva (2015) que fez médias para os períodos de 1791-1800, 1801-1810 e 1811-1820 (ver Quadro 3.6, que junta os dados relativos a Diu do autor citado), parece ser claro que a proporção da população feminina em Macau era razoavelmente maior que em Diu. No entanto, e como o próprio autor ressalva, importa reter que os dados para a colónia indiana podem ser fruto de uma deficiente contagem das populações masculinas em Diu, tanto que a certo ponto em meados da primeira década do século XIX a percentagem fica-se praticamente nos 50%. De qualquer das formas, tendo por base a média dos períodos supracitados, a diferença com Macau ronda sempre os 20%, que nos leva a crer que, mesmo colocando algumas correções nos dados de Diu para colmatar as possíveis falhas nas fontes primárias, a colónia portuguesa na China apresentaria uma relação de sexo sem par ao longo do Império Colonial Português. Mesmo quando comparada com a capital do Estado da Índia, Goa, que apresentava uma realidade bastante distinta, os dados são muito mais elevados, ao ponto de a relação de sexo ultrapassar a barreira dos 100%.

Quadro 3.4 - Relação de sexo na população total, livre e escrava de Macau, 1773-1849

Ano	População Masculina Total	População Feminina Total	Relação de Sexo da População Total	População Masculina Livre	População Feminina Livre	Relação de Sexo da população livre	População Masculina Escrava	População Feminina Escrava	Relação de Sexo da população Escrava
1773	1.910	2.555	74,8	1.165	2.242	52,0	747	313	238,7
1774	1.785	2.515	71,0	1.038	2.202	47,1	747	313	238,7
1791	1.890	2.961	63,8	1.257	2.055	61,2	633	906	69,9
1803	1.680	3.091	54,4	1.236	2.383	51,9	444	708	62,7
1804	1.706	3.065	55,7	1.262	2.357	53,5	444	708	62,7
1809	1.946	2.618	74,3	1.946	2.618	74,3	---	---	---
1810	1.739	2.631	66,1	1.227	1.784	68,8	512	847	60,4
1811	1.591	2.369	67,2	1.116	1.650	67,6	475	719	66,1
1813	1.536	2.507	61,3	972	1.738	55,9	564	769	73,3
1813	1.492	2.507	59,5	928	1.738	53,4	564	769	73,3

1814	1.630	2.594	62,8	1.085	1.786	60,8	545	808	67,5
1815	1.528	2.260	67,6	857	1.358	63,1	671	902	74,4
1816	1.738	2.562	67,8	1.161	1.641	70,7	577	921	62,6
1823	---	---	---	---	---	---	---	---	---
1824	1.248	2.251	55,4	747	1.673	44,7	501	578	86,7
1827	1.419	2.442	58,1	863	1.828	47,2	536	614	87,3
1830	1.515	2.880	52,6	1.215	2.159	56,3	300	721	41,6
1831	1.532	2.887	53,1	1.233	2.232	55,2	299	655	45,6
1832	1.911	3.451	55,4	1.560	2.717	57,4	351	734	47,8
1835	1.886	2.918	64,6	1.438	2.082	69,1	448	836	53,6
1836	1.900	2.913	65,2	1.450	2.122	68,3	450	791	56,9
1837	1.906	2.837	67,2	1.481	2.096	70,7	425	741	57,4
1838	1.923	2.953	65,1	1.553	2.346	66,2	370	607	61,0
1841	1.951	2.837	68,8	1.580	2.151	73,5	371	686	54,1
1842	2.013	2.763	72,9	1.622	2.069	78,4	391	694	56,3
1843	2.183	3.052	71,5	1.821	2.301	79,1	362	751	48,2
1844	2.178	3.014	72,3	1.841	2.285	80,6	337	729	46,2
1845	2.194	2.901	75,6	1.866	2.208	84,5	328	693	47,3
1846	2.095	2.904	72,1	1.774	2.226	79,7	321	678	47,3
1849	1.863	2.724	68,4	1.763	2.334	75,5	100	390	25,6

Figura 3.4 - Relação de sexos na população total e por grupo em Macau, 1773-1849



Ao nível da população não livre, os números assinalam uma tendência descendente. Mesmo considerando os números entre 1773-1774 como *outliers* e colocando-os fora da equação, a tendência

continua decrescente. O rácio de escravas para cada escravo vai aumentando, ainda que no cômputo geral a população não livre esteja em queda, esta parece ser mais vincada no sexo masculino, que diminui a um ritmo maior que o total do grupo. No meio da série encontramos uma subida no período de 1824-1827. Esta é causada por uma diminuição abrupta na quantidade de escravas. Em 1816 contavam-se 921 escravas e, volvidos, oito anos este número reduz-se para 578 (uma descida de 37,6%); por outro lado, o número de escravos mantém-se essencialmente inalterado. Curiosamente, em 1830 o número de escravas sobe e o número de escravos desce originando o rácio mais baixo de homens para cada mulher escrava livre.

Figura 3.5 - Relação de sexos na população livre de Macau, 1773-1849

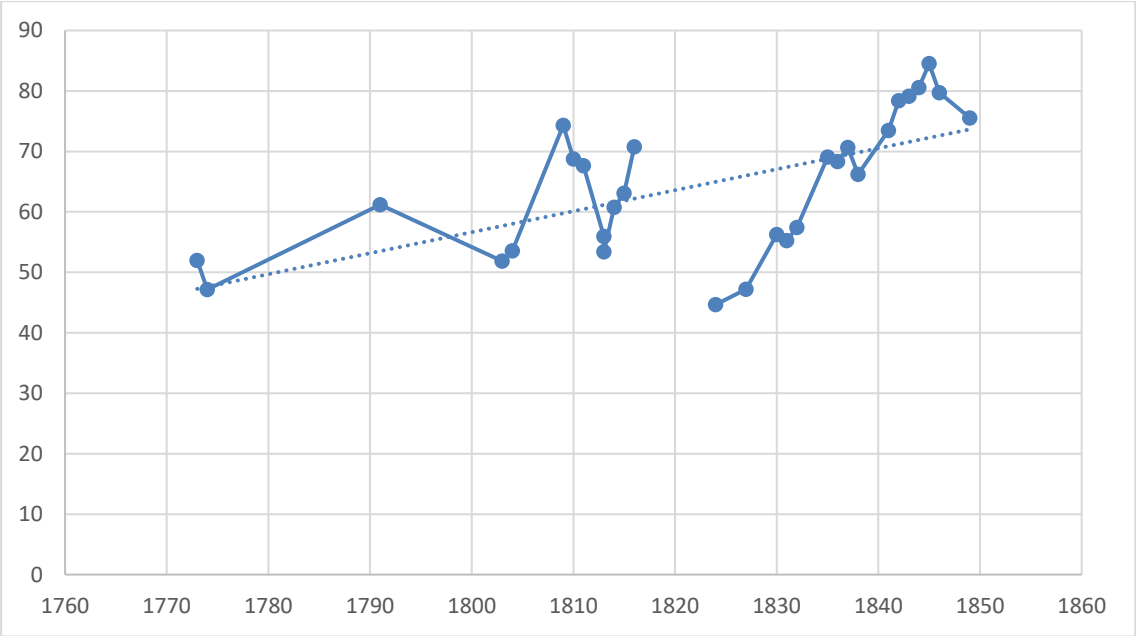
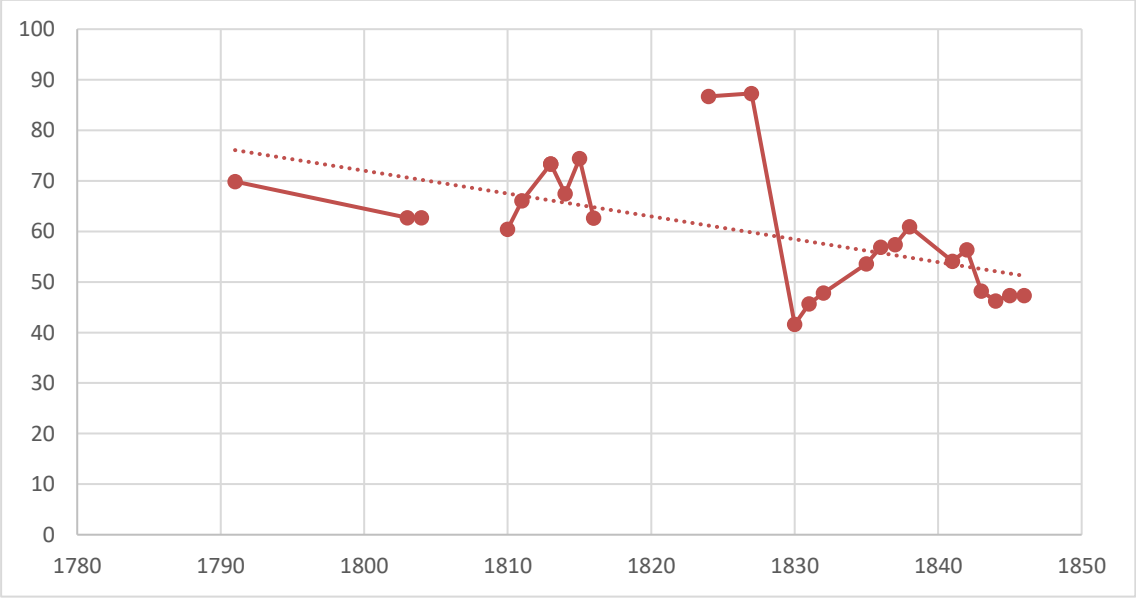


Figura 3.6 - Relação de sexos na população escrava de Macau, 1773-1849



Em suma, comparativamente a outras possessões portuguesas no Extremo Oriente com tamanho semelhante, Macau não destoa na tendência observada. Diogo Paiva ao analisar os dados relativos a Damão e Diu em finais do século XVIII e inícios do XIX encontra uma sociedade em que o peso da população feminina é superior, especialmente a partir de 1800 (2015, pp. 169-170). Porém, ainda que este tipo de sociedade de prevalência feminina não seja uma novidade no Oriente Português, deve-se ressalvar que no caso de Macau os números de homens por cada 100 mulheres são inferiores ao registados nas colónias citadas.

Quadro 3.5 - Relação de sexo em Diu e Macau, 1791-1820[36]

Ano	Diu	Macau
1791-1800	97,8	63,8
1801-1810	81,8	62,6
1811-1820	85,8	68,8
Média	87,2	63,7

Quadro 3.6 - Relação de sexo em Goa, 1787-1828[37]

Ano	Homens	Mulheres	Relação de Sexo
1787	19.544	18.828	103,8%
1819	16.528	16.576	99,7%
1828	20.796	17.614	118,1%

3.4. A população chinesa

No que se concerne à população chinesa a informação disponível é, como se sabe, exígua. Para o período em questão contam-se três mapas com informação: 1773, 1809 e 1833. Os dados não poderiam ser mais díspares entre si, passando de 12.060 habitantes num mapeamento de 1773 (que não foi utilizado neste trabalho), para 30.000 em 1809 e finalmente para 7.590 em 1833. A exiguidade de informações não deverá ser interpretada como uma falta de interesse das autoridades lusas nesta

[36] Informação relativa a Diu retirada de PAIVA, Diogo. The Population of Daman and Diu (1785-1820). Em: João Paulo Oliveira e COSTA, dir. *Anais de História de Além-Mar XVI* [Em linha]. Vol. 16, por João de FIGUEIRÔA-RÊGO. Lisboa: CHAM, 2015, p. 170. Informações relativas a Macau, retiradas dos mapas 5, 6 a 9, 10, 12 a 15. Note-se que apesar de existirem dois mapas para o ano de 1813, apenas foi utilizado um.

[37] Informações retiradas de: *População em 1787*, AHU, CU, Índia, Cx 379; *População em 1819*, AHU, CU, Índia, Cx 447; *Resumo de toda população dos Estados da India no anno de 1828*, AHU, CU, Índia, Cx 478.

população, mas sim uma tentativa de evitar atritos com as autoridades chinesas.[38] No entanto, ainda que se acredite que existisse uma comunidade chinesa a coabitar em Macau (intramuralhas), presume-se que grande parte da população chinesa fosse flutuante e nesse sentido não estaria necessariamente radicada em Macau.[39] Isto poderia refletir-se em grandes mudanças populacionais de acordo com as condições económicas fornecidas pela cidade ao longo do tempo, assim como certas condicionantes sociais e políticas que ocorressem. Posto isto, os dados disponíveis para a população chinesa são, em primeiro lugar, muito dispersos no tempo. Para tentar atenuar esta agravante e apresentar uma tendência, mesmo que muito generalizada, intercalamos os dados encontrados juntamente com os mais completos dados por António Vale (2013), ainda que estes sejam também em larga medida aproximações, como se pode verificar no Quadro 3.7.

Quadro 3.7 - População chinesa em Macau, 1773-1850[40]

Ano	População Chinesa	Fogos
1773	15.620	---
1774	20 a 22.000	---
1776	16.000	---
1777	22.000	---
1780	18 a 20.000	---
1784	30.000	---
1791	22.000	---
1793	6.000	---
1804	40.000	---
1809	30.000	725
1826	18.000	---
1830	30.000	---
1833	7.590	1.907
1837	20.000	---
1846	25.000	---

Ficamos com uma ideia generalizada de quais seriam os presumíveis movimentos demográficos desta população, mas continuamos com lapsos temporais grandes. De qualquer dos modos, uma

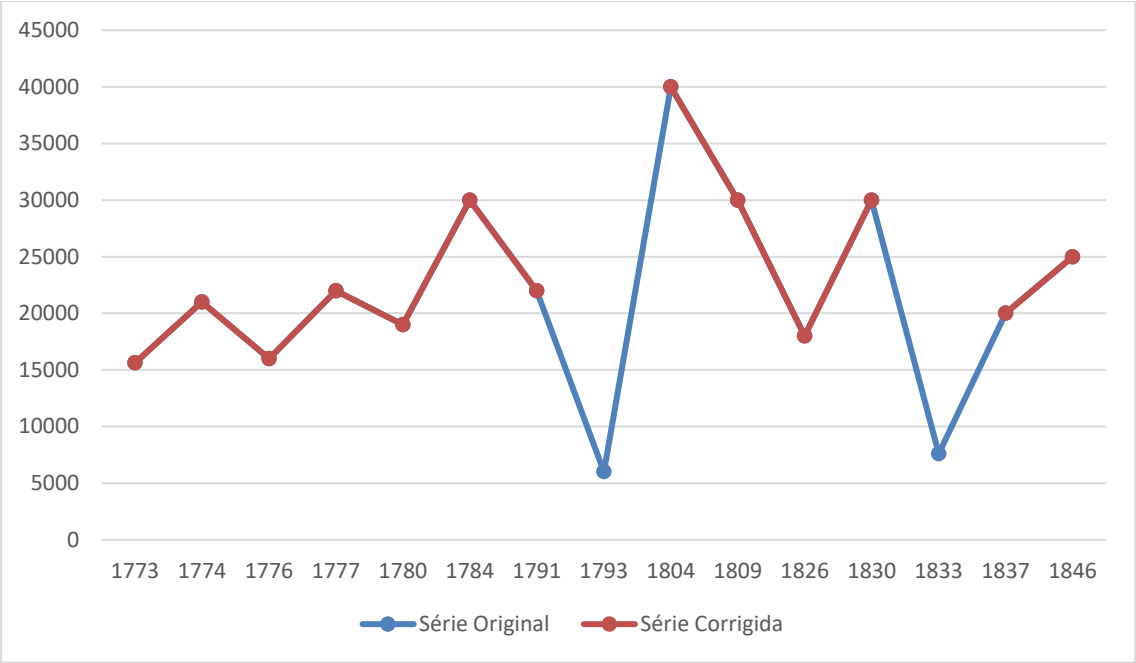
[38] Efetivamente e ainda que fora do escopo do presente trabalho, parece que os portugueses apenas começam a contabilizar sistematicamente já na segunda metade do século XIX numa altura em que redobravam os esforços para conseguir oficializar a sua presença no território.

[39] Nesta questão pode-se igualmente incluir a "População do mar" Ou "População Marítima", ou seja, população chinesa que vivia em pequenas embarcações ao largo de Macau.

[40] Todos os dados, à exceção de 1773, 1809 e 1833 foram retirados de VALE, António. A sociedade macaense no antigo regime. Em: *Povos e Culturas* [Em linha]. LISBOA: CEPCEP, 2013, 17, pp. 67-68.

análise dos dados parece-nos mostrar uma população em crescimento até 1804 (em 1793 temos quebra que não parece justificável e não deverá ser considerada). A partir de 1804 até 1846, a população continua com números relativamente estáveis, mas em aparente decréscimo. É difícil de explicar cabalmente o sentido dos números no período final, mas uma possibilidade do crescimento poderia estar na Guerra do Ópio ou até mesmo a criação de Hong Kong. O Mapa de 1833 foi retirado porque nos parece que provavelmente apenas faz menção de uma parte da população chinesa, possivelmente apenas a intramuros e a dita "população marítima".

Figura 3.5 - População chinesa em Macau, 1773-1849



3.4.1. Os Coolies em Macau

Quando se aborda a temática da população chinesa em Macau, a questão dos coolies ou cules acaba por se tornar incontornável. Na verdade, a sua definição é um pouco mais complexa do que à primeira vista se poderia considerar. O termo servia para designar trabalhadores asiáticos, sendo a tradução direta do mandarim algo como "esforço ou trabalho amargo" e não necessariamente alguém que fizesse trabalhos pesados e amargos (Seabra e Manso, 2019, 379, Apud CONG, Liu, *O comércio de cules através do porto de Macau*, Tese de Mestrado, Universidade de Macau, 2016). O termo é usado de forma pejorativa para descrever, sobretudo trabalhadores asiáticos, que emigraram para a América, ainda que fossem enviados coolies para outras áreas geográficas. O recrutamento de chineses em Macau já era uma realidade desde finais do século XVIII, inicialmente tendo como destino as colónias

britânicas. O trato era realizado através do território português devido à facilidade no embarque de chineses em Macau, mesmo sendo proibida a sua emigração pelas autoridades imperiais. No entanto, os portugueses também realizavam a angariação e subsequente envio para as suas possessões, dando-se um foco especial para o Brasil, especialmente após a ida da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro. (Cong e Seabra 2017, p. 21-22)

Na primeira metade do século XIX desenvolvem-se as tendências abolicionistas, não obstante, uma importante parte da economia global funcionava, precisamente, devido ao trabalho escravo. Para colmatar a falta de trabalhadores tentou-se uma nova forma de trabalho denominada de *indentured labour* ou trabalho contratado. Os coolies de Macau inserem-se, em larga medida, neste novo tipo de trabalho nas colónias. De uma forma muito simplificada, o sistema baseava-se na assinatura de um contrato entre o trabalhador recrutado e o seu futuro patrão em que o primeiro abdicava da sua liberdade durante um número predefinido de anos a troco de uma compensação. Ainda que no papel não o fosse, o trabalho de contratado era a continuação da escravatura sob o disfarce de uma nomenclatura distinta e com um conjunto de regras mais estritas. As condições enfrentadas pelos coolies eram desumanas, desde logo a começar pelo transporte, com uma grande quantidade de pessoas a falecer devido as condições deploráveis em que as mesmas eram realizadas. (Seabra e Manso 2017, pp. 385-387).

As informações sobre o tráfico de cules durante a primeira metade do século XIX, aparentam ser muito reduzidas. Podemos alavancar uma série de possibilidade para tais factos. Em primeiro lugar, ainda que os britânicos estivessem empenhados no fim da escravatura, pelo menos de um ponto de vista institucional, Portugal não estaria pronto para tal ação. Grande parte da economia portuguesa no Atlântico dependia do tráfico negreiro. Pelo menos à segunda metade do século XIX ainda encontrávamos grande procura nas Américas por mão de obra escrava vinda de África. Mas também nas colónias portuguesas a dependência de escravos era ainda elevada e Macau não escapava a esse facto, tanto que a legislação para o seu fim só tivesse sido colocada em prática em 1856 (Amaro 1998, p. 122). Ademais, a proibição da posse de escravos chineses por parte dos portugueses era um facto bem conhecido. Se bem que podemos dizer com algum nível de segurança, que era possível a existência de escravos chineses de uma forma ilegal ou informal[41], não sendo necessariamente categorizados como tal, precisamente para evitar tensões com as autoridades imperiais (Amaro 1998, p. 176).

[41] Os portugueses estavam proibidos de ter escravos de origem chinesa desde pelo menos o século XVII, mas o facto de as autoridades chinesas sentirem a necessidade de reforçar a proibição de comprar crianças no século XIX, mostra-nos que estas indicações não estavam muito provavelmente a ser seguidas.

O tráfico de coolies acelera nas décadas de 1840s e 1850 sobretudo por um conjunto de questões já elencada, como é caso dos movimentos abolicionistas, mas também devido à diminuição do comércio de ópio a passar por Macau (Amaro 1998, p.228), tanto que as Guerras do Ópio iriam, similarmente, colocar as autoridades do Império do Meio numa posição delicada e sem capacidade para evitar este aproveitamento da sua população. Além disso, a China experienciava um grande aumento demográfico que se mantinha desde o século XVII, ainda que a produção agrícola estivesse em queda (Haw 2017). Tudo isto, cria uma situação social muito delicada no Império do Meio, que favorece efetivamente a saída de chineses do país. Como Alfredo Gomes Dias (2001) nos refere, para o início deste tráfico deve ser tida em conta todo o panorama geopolítico da região: uma China derrotada militarmente e obrigada a abrir os seus portos a várias nações estrangeiras, além da cedência de Hong Kong. É nesse sentido que Clarence-Smith (1985) nos informa que o envio começa de 1840 para a frente, por sua vez Maria Manuela Lucas (1998) refere-nos que terá começado quando o porto se abre ao comércio de estrangeiros em 1845, no entanto a data mais consensual parece rondar o ano de 1851 (Amaro 1998; Cong e Seabra 2017, pp. 22-23).

O envolvimento dos portugueses neste tráfico parece estar centrado sobretudo na intermediação ou envio de migrantes para as Américas e não tanto para uso dos mesmos nas colónias portuguesas. Isto não deve constituir-se como uma grande surpresa, ainda que no início do século XIX se tenham enviado coolies para o Brasil, este território garante a sua independência desde 1822 (reconhecido por Portugal em 1825) e as colónias africanas, que passam a ser o foco do Império Colonial não apresentam falta de mão de obra.[42] A mudança para o tráfico de coolies, por parte dos mercadores portugueses também só aparenta ter ocorrido após 1850, quando a pressão britânica e a alteração do esquema político brasileiro criou um cenário perigoso e difícil para quem se mantinha no tráfico negreiro, forçando-os a uma alteração (Clearence-Smith 1985). No entanto, a maioria dos navios que passavam por Macau durante o período não seriam portugueses.

A coerção parece estar bastante presente no dito recrutamento de trabalhadores chineses, ainda que as autoridades portuguesas tomassem providências na forma de regulação sobre o tráfico e existisse efetivamente um contrato assinado entre recrutado e patrão, o rapto de chineses continua a ser um sério problema durante 1860s. Portanto, em parte, o que ocorre é que o trabalho contratado, que fundamentalmente era o caso dos coolies, era uma algo na teoria e outra na prática. Isto não se deveria constituir como uma surpresa, bastaria observar como os interesses económicos se sobrepunham claramente aos interesses humanísticos no Atlântico. Mesmo que com todos os ideais

[42] O envio de cules para as colónias africanas parece estar restringido a duas tentativas falhadas, para Moçambique em 1860s (Gonçalves 2021) e São Tomé e Príncipe em 1880s (Nascimento 2004).

abolicionistas, continuavam a existir britânicos que circundavam a legislação (apesar de ser proibida qualquer ligação de um cidadão britânico ao tráfico negreiro) e emprestavam fundos a mercadores portugueses para levarem a cabo o tráfico no Atlântico. Logo, não é com admiração que se entenda que este tráfico de chineses não passasse, em larga medida de uma escravatura com recurso a um vocabulário distinto e um contrato.

Em termos numéricos, estima-se que por Macau terão passado 20% a 25% de todos os Coolies que saíram da China, quase todos os que foram enviados para Cuba e Peru, por exemplo, passaram pelo território (Clearence-Smith 1985). Ainda que alguns autores tenham avançado com número mais concretos, para a segunda metade do século, na verdade o teor ilegal de parte do negócio nega-nos a possibilidade de obter dados mais concretos.

O efeito económico na colónia parece ser sobretudo sentido na segunda metade do século XIX. Mesmo de um ponto de vista demográfico, o grosso do tráfico passaria por Macau nesse período. A década de 40 parece ser principalmente um pano de fundo para todas as condicionantes que vão permitir a existência desse negócio, que os portugueses irão ter um papel importante.

3.5. As estruturas etárias no território

A análise etária das populações em estudo apresenta-se como um dos maiores desafios. Ao longo dos anos várias estruturas etárias foram registadas pelas autoridades, sendo que alguns dos recenseamentos realizados carecem de um maior nível de detalhe. Uma das questões levantadas diz respeito à definição que as autoridades terão dado à categorização de “Maior” e “Menor”. Perante a falta de dados não é possível compreender se a definição usada seria uma diminuição de “menor de confissão” e “maior de confissão”. Temos ainda uma série de mapas sem informação relativamente à idade dos habitantes ou, tendo informação, não é possível trabalhar de forma coerente. Apesar disso, foi possível identificar três séries de mapas úteis para a realização de uma análise de longo prazo do período em questão. Primeiramente, temos um conjunto formado por apenas dois mapas (1803-1804), que servirá como ponto de partida da investigação. De seguida, temos a série 1811-1816, que apresenta a menor definição etária, essencialmente: 0-10, 10-12 e 12+. Por fim, a série 1835-1849 apresenta uma categorização semelhante à que seria requisitada pelo Conselho Ultramarino para o império como um todo. Todas as tabelas doravante apresentadas foram construídas calculando a média dos mapas, para facilitar a leitura e comparação dos dados, especialmente nas séries mais longas (1811-1816 e 1835-1849). Será igualmente importante ressalvar que todos os dados apresentados nas primeiras três tabelas dizem respeitos à população livre de Macau.

Para começar, Macau parece ser um caso ímpar no Império Português, já que se acabou por preservar a mesma estrutura para ambos os sexos, que de certa forma acaba por facilitar a análise e permite a construção de pirâmides etárias. De um modo geral, no Império Português a população surge organizada com a seguinte estrutura etária: 0-7, 7-15, 15-60, 60+ (para o sexo masculino); 0-7, 7-14, 14-40, 40+ (para o sexo feminino) (Matos 2011; Matos 2017). Curiosamente, em Macau, estas diretrizes especificadas no primeiro diploma régio de 1776 sobre as ordenações demográficas não terão sido seguidas.

Quadro 3.8 - Estrutura etária da população livre de Macau, 1804-1805[43]

Estrutura etária	Ambos os sexos	% do Total populacional	Homens	% do Total populacional	Mulheres	% do Total populacional
0-10	714	19,7	329	9,1	385	10,6
10 a 20	747	20,6	263	7,3	484	13,4
20 a 40	1.165	32,2	371	10,2	794	21,9
40 a 60	755	20,9	213	5,9	542	15,0
60+	239	6,6	74	2,0	165	4,5
Total	3.619	100	1.249	34,5	2.370	65,5

Uma tendência que nos que salta à vista no primeiro período analisado é o facto de em todos os grupos etários existir uma superioridade percentual (e numérica) do sexo feminino, algo que parece aumentar ao longo do tempo, com exceção para o último grupo (+60). Efetivamente, e como já fora referido anteriormente, a razão de sexos é claramente favorável ao sexo feminino em Macau, portanto, este facto não impressiona. Mas seria interessante explorar o facto de a superioridade feminina aumentar à medida que escalamos a pirâmide etária até à categoria 20-40. Isto parece dar força à ideia de que a taxa de mortalidade masculinidade seria bastante superior à feminina.

Efetivamente, 72,5% da população encontrava-se nos grupos entre os 0-40, que parece favorecer a noção de que estamos perante uma população jovem. É interessante observar que mais de um quinto da população são mulheres dos 20 aos 40, estando assim dentro do que as autoridades consideravam o período fértil. Pode-se até supor que este valor fosse superior.

Se consideramos as classes entre 0-20 como jovens/crianças, 20-60 como adultos e mais de 60 como idosos, ficamos perante estes resultados 40,3%, 53,1% e 6,6%, respetivamente. Estes resultados atestam a juventude da população. Comparando estes dados com os encontrados por Diogo Paiva

[43] Foram utilizadas as fontes 6 e 7 neste quadro.

(2015, p. 166-167) para Damão e Diu, essencialmente para o mesmo período, para Damão a soma de mulheres acima dos 60[44] ronda os 4% e no caso de Diu 14%, Macau apresenta valores dos perto dos 4,5% da população total, ou seja, em linha com Damão. Por outro lado, parece que em Macau o rácio de homens para cada mulher parece ser muito mais reduzido. Tanto Damão como Diu manifestam valores muito perto da paridade de género.

Quadro 3.9 - Estrutura etária da população livre de Macau, 1811-1816[45]

Estrutura etária	Ambos os sexos	% do Total populacional	Homens	% do Total populacional	Mulheres	% do Total populacional
10 para baixo	372	14,0	228	8,6	144	5,4
10 para cima	683	25,6	195	7,3	488	18,3
12 para baixo	435	16,3	154	5,8	281	10,6
12 para cima	1.174	44,1	478	17,9	696	26,1
Total	2.664	100	1.055	39,6	1.609	60,4

Em 1811-1816 nota-se desde logo uma clara diminuição da população, já existem praticamente menos 1.000 indivíduos face à série anterior. Esta queda populacional não é absorvida de igual forma pelos dois sexos, existe uma diminuição muito maior no sexo feminino, de 32,1% comparativamente ao período 1804-1805, contra 15,5% no sexo masculino. Tendo por base que o número de mulheres era muito superior ao dos homens isto representou uma queda de 761 elementos do sexo feminino por oposição a 194 do sexo masculino (ou seja, um rácio de 3,9 mulheres para cada homem)

Dado que neste período a quantidade de grupos etários é limitado não é possível compreender onde a queda poderia ter sido mais expressiva. O único ponto de comparação ao período anterior, manifesta-se na classe dos 0-10, que é a mesma que o grupo dos "10 para baixo" na segunda série de mapas. Aqui, observamos uma queda na percentagem do grupo no total populacional, que poderá levar a crer que durante este período poderá ter existido uma quebra na natalidade. Ademais, a quantidade de raparigas entre os 0 e os 10 diminuiu para metade do valor registado entre 1804 e 1805. É importante recordar que o período onde Macau regista os quantitativos populacionais mais baixos, corresponde ao das Guerras Napoleónicas. Tal poderá ter impactado a colónia na medida em que possíveis emigrantes da metrópole tenham sido forçados a ficar em Portugal, ou até tenham preferido seguir para o Brasil com a corte e a família real. Por outro lado, a quebra demográfica também pode

[44] No estudo de Diogo Paiva (2015) os dados apenas são apresentados na seguinte estrutura: 0-7; 7-15; 15-60; 60+.

[45] Foram utilizadas as fontes 10, 13, 14 e 15 para construir este quadro. Foram excluídos os mapas de 1810, e ambos os de 1813 porque não apresentavam dados em todos os campos.

ter sido causada pela saída populacional da possessão, por colonos que possam ter preferido ir para o Brasil, e por estrangeiros que dada a conturbada situação política tenham preferido envergar por outros portos. Falamos concretamente dos mercadores britânicos, ainda que os franceses e espanhóis também circulassem por Macau.

Relativamente ao último período analisado impõe-se novamente a difícil tarefa de comparar categorias que encontram correspondência. O que se constata neste último intervalo de tempo é uma maior paridade entre ambos os sexos nas duas primeiras categorias (0-7; 7-15), algo que não fora necessariamente registado no Quadro de 1804-1805. Mas de uma forma geral os dados não aparentam diferir substancialmente. 41,5% da população livre encontra-se nas duas primeiras categorias e 54,4% nos dois grupos seguintes (15-30; 30-60). Tal como no Quadro 3.8, continuam a existir mais adultos que jovens/crianças. No entanto, a população em idade fértil parece ser superior, cerca de 27,6% de mulheres estão dentro do que as autoridades consideravam o período fértil. Este número seria, na realidade, maior, dado que o mesmo período começaria nos 14 anos e só terminaria aos 40.

Quadro 3.10 - Estrutura etária da população livre de Macau, 1835-1849[46]

Estrutura etária	Ambos os sexos	% do Total populacional	Homens	% do Total populacional	Mulheres	% do Total populacional
0-7	818	21,3	391	10,2	427	11,1
7-15	776	20,2	351	9,2	425	11,1
15-30	1.071	27,9	438	11,4	634	16,5
30-60	1.019	26,5	429	11,2	590	15,4
60+	154	4,0	40	1,0	114	3,0
Total	3.839	100	1.649	43,0	2.190	57,0

Quadro 3.11 - Estrutura etária dos escravos de Macau, 1810-1816[47]

Estrutura etária	Ambos os sexos	% do Total populacional	Homens	% do Total populacional	Mulheres	% do Total populacional
10 para baixo	167	12,2	67	4,9	101	7,3
10 para cima	206	15,0	121	8,8	85	6,2
12 para baixo	191	13,9	87	6,3	104	7,6
12 para cima	808	58,9	283	20,6	525	38,3

[46] Utilizados os dados das fontes 22 a 32.

[47] Utilizado os dados relativos às fontes 9-10 e 12-15. Existem dois mapas para 1813, no entanto para o caso dos escravos apresentam exatamente os mesmos dados, logo excluiu-se um dos mapas.

Total	1.372	100	557	40,6	814	59,4

Seria interessante dispor de mais dados sobre a população escrava de Macau, procurando saber se existiriam mais jovens ou mais adultos, por exemplo. Infelizmente os únicos dados disponíveis de relevo encontram-se concentrados entre 1810 e 1816, uma amostra muito reduzida e não existe forma de comparar a mesma com outros períodos. Mesmo os dados encontrados dizem-nos muito pouco, dada a estrutura etária utilizada (0-10; 10-12; 12+). Maior parte da população teria mais de 12 anos, ou seja, poder-se-ia assim assumir que os adultos seriam uma maioria, especialmente do sexo feminino. Não obstante, com os dados apresentados não somos capazes de aferir se a longevidade deste grupo seria semelhante ou distinta da que se encontrava na população livre.

No que respeita à estrutura etária das populações não livres constata-se que a quantidade de mulheres que seriam adultas parecem, novamente, reforçar a ideia de que os escravos eram sobretudo utilizados para os serviços domésticos. A quantidade de escravas com mais de 12 anos (e por consequência podendo ser consideradas adultas) era essencialmente o dobro da dos escravos. A sua utilização para trabalhos sexuais também não deverá ser descartada. As autoridades religiosas faziam comentários relativos à grande quantidade de mulheres que os portugueses teriam à sua disposição, ficando aqui em aberto se este se estariam a referir às escravas de origem africana ou do sudeste-asiático ou até de mulheres de origem chinesa. Ainda que seja importante relembrar que a posse de escravos de origem chinesa fosse proibida (Amaro 1998, p. 99 e 113).

3.6. Batismos, casamentos e falecimentos

Similarmente ao que se observara para as divisões etárias, as informações relativas aos batismos, casamentos e falecimentos são escassas, estando disponíveis apenas para uma fase mais tardia da série, entre 1835 e 1848. Ao nível dos batismos e casamentos, a Sé e São Lourenço apresentam valores muito semelhantes, a média anual é relativamente próxima, ainda que seja interessante observar que haja em média 5,91 mais batismos em São Lourenço que na freguesia da Sé. Esta situação muda nos falecimentos, onde a Sé apresenta uma mortalidade relativamente elevada, a média é mais elevada ao ponto da mortalidade nas outras duas freguesias juntas ser menor que na Sé entre 1842 e 1848. Na outra ponta do espectro e como seria de esperar, em parte devido à baixa contagem de população, a freguesia de Santo António apresenta os números mais baixos.

Refira-se ainda, que neste subcapítulo foram utilizadas as fontes entre 1835 e 1848 (ver anexos, fontes 22 a 32). Os dados de 1848 foram retirados do Mapa de 1849, que apresentava todos os eventos entre

1 de janeiro a 22 de dezembro de 1848, mas no que concerne a 1849, apenas apresentava os dados até 31 de julho, tornando a sua utilização inviável.

Quadro 3.12 - Número de batismos por freguesia, por ano, 1835-1848

Batismos	Freguesias			Total
Anos	Sé	São Lourenço	Santo António	
1835	55	64	23	142
1836	50	73	24	147
1837	56	75	18	149
1838	66	70	18	154
1841	62	86	24	172
1842	87	91	25	203
1843	82	85	34	201
1844	101	87	27	215
1845	75	79	32	186
1846	82	85	25	192
1848	72	58	21	151
Média	71,64	77,55	24,64	173,82

Quadro 3.13 - Número de casamentos por freguesia, por ano, 1835-1848

Casamentos	Freguesias			Total
Anos	Sé	São Lourenço	Santo António	
1835	23	21	4	48
1836	15	20	11	46
1837	19	15	6	40
1838	21	23	4	48
1841	14	23	4	41
1842	33	15	15	63
1843	13	19	7	39
1844	26	18	11	55
1845	8	18	5	31
1846	12	10	4	26
1848	15	9	7	31
Média	18,09	17,36	7,09	42,55

Quadro 3.14 - Número de falecimentos por freguesia, 1835-1848

Falecimentos	Freguesias			Total
Anos	Sé	São Lourenço	Santo António	
1835	51	52	24	127
1836	43	43	10	96
1837	49	46	13	108
1838	65	49	16	130

1841	81	67	22	170
1842	91	77	11	179
1843	135	64	33	232
1844	95	54	22	171
1845	112	64	23	199
1846	114	70	15	199
1848	93	44	27	164
Média	84,45	57,27	19,64	161,36

Analisando os dados com recurso à permilagem os dados tornam-se um pouco mais simples de compreender. Ao nível dos casamentos, verifica-se desde logo que a taxa bruta é fundamentalmente muito semelhante ao longo de todas as freguesias, sendo, no entanto, interessante observar dois picos, em 1842 e 1844, ocorrem de igual forma na Sé e em Santo António, não obstante dado o reduzido número de eventos as taxas apresentam facilmente mudanças algo bruscas. No entanto, os dados sobre os batismos acabam por ser mais completos. O número de batismos por mil habitantes é mais elevado na Sé e em São Lourenço, mas seguido de perto pela freguesia de Santo António. São Lourenço é a zona onde os dados são mais estáveis, situando-se entre os 32,32‰ (1835) e 43,29‰ (1842). As outras freguesias têm variações maiores, com especial enfoque para a Sé, sendo interessante notar que a mesma segue claramente uma tendência crescente no número de batismos e por consequência de nascimentos, tendência essa que acaba por seguir no número de falecimentos por mil habitantes. Veja-se especialmente o ano de 1842, em que a Sé apresenta o dobro do número de batismos por mil habitantes de Santo António. Estes dados sugerem que era em São Lourenço e especialmente na Sé que se localizavam as famílias mais numerosas do território, ainda que as fontes nos apontem Santo António como a zona mais pobre, que teoricamente deveria ser também apresentar números elevados.

Figura 3.6 - Número de batismos por mil habitantes em Macau, 1835-1848

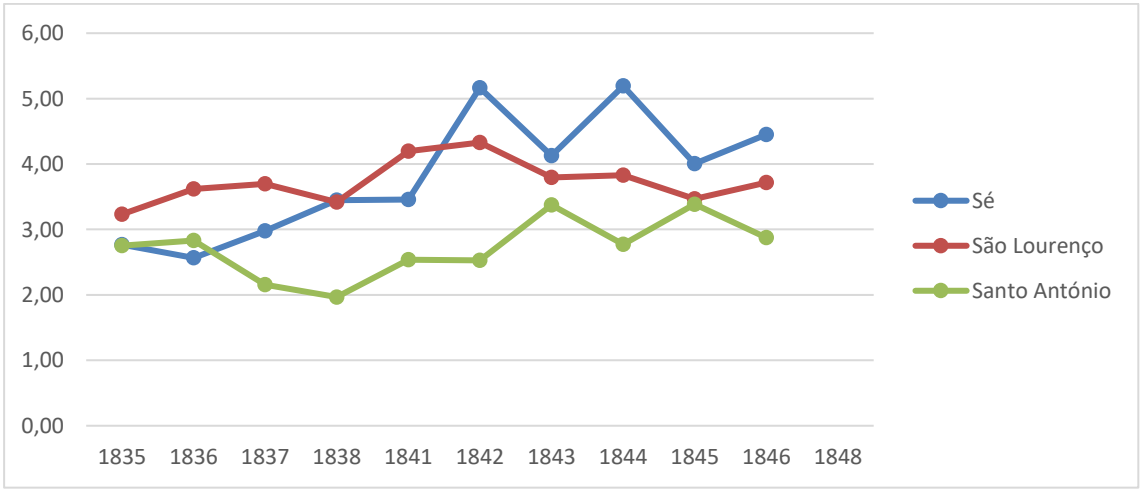


Figura 3.7 - Número de casamentos por mil habitantes em Macau, 1835-1848

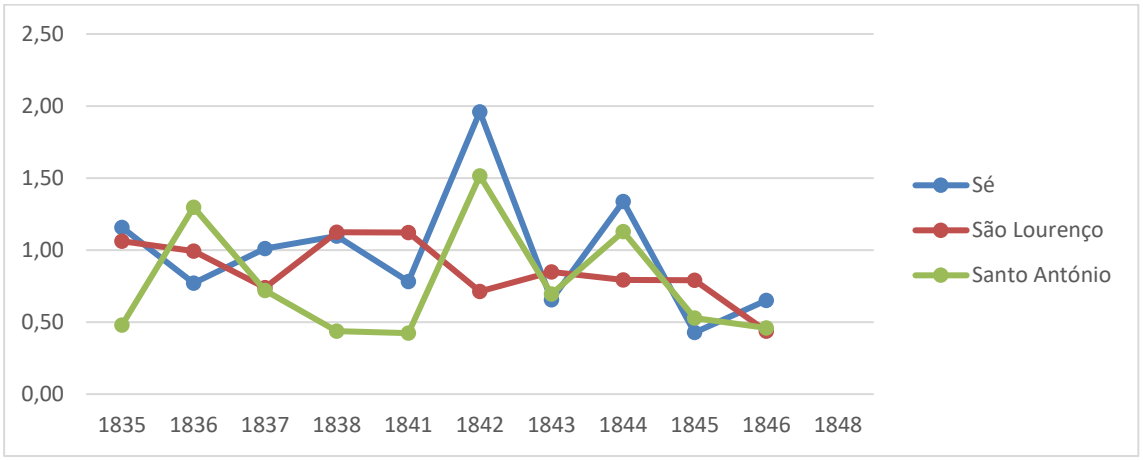
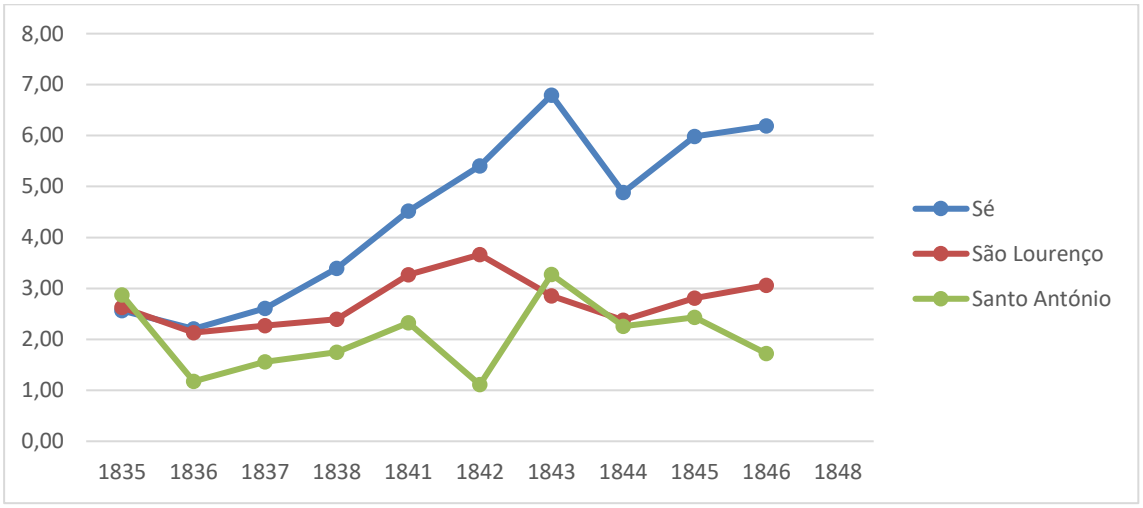
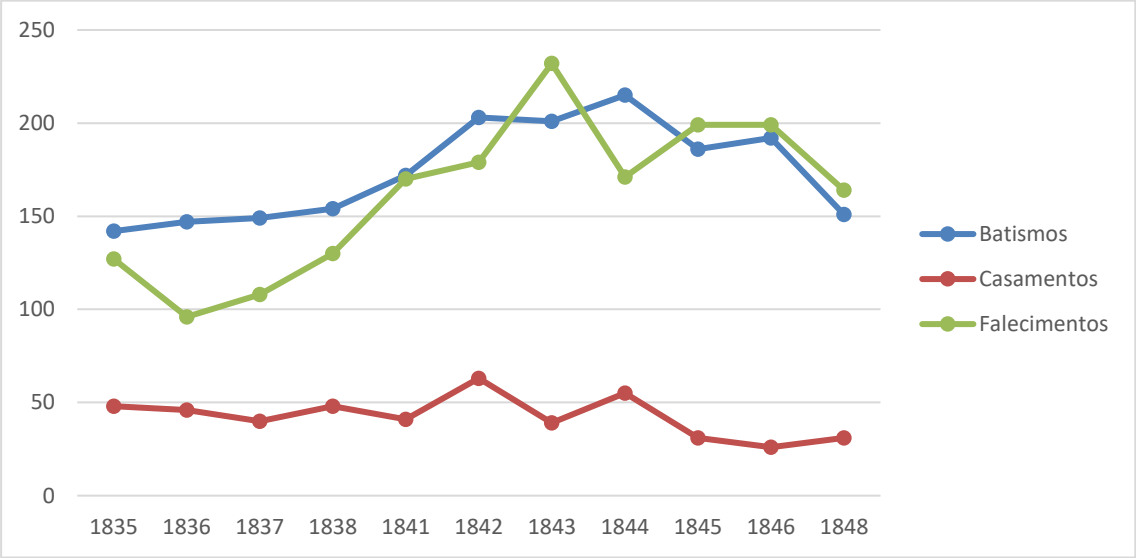


Figura 3.8 – Evolução no número de falecimentos por 1000 habitantes em Macau, 1835-1848



No que toca aos falecimentos observa-se uma relativa manutenção em São Lourenço e Santo António, mas uma galopante subida na freguesia da sé, que passa de números a rondar os 22,06‰ a 25,65‰ para números mais perto dos 50 a 60 falecimentos por mil habitantes no fim da série, chegando mesmo a atingir 67,94‰ em 1843. Não existe uma razão clara para isso, não parecem existir surtos de doença ou conflitos que justifiquem esses dados na Sé, explicando-se em boa medida pelas habituais flutuações anuais, ainda para mais quando estamos perante universos populacionais tão pequenos.

Figura 3.9 - Evolução dos Batismos, Casamentos e Falecimentos em Macau, 1835-1848



Conjugada toda esta informação num único gráfico (Figura 3.10) é possível aferir que teoricamente o número de nascimentos se aproximava do de falecimentos. Em 1843 ao número de óbitos ultrapassaria pela primeira vez o de batismos, que apesar de recuperar a liderança no mapa seguintes, de 1844, nos últimos três mapas de 1845 e 1848 volta a estar atrás do número de falecimentos. É igualmente relevante referir que o número de eventos de ambos está em queda no final da série. Também é interessante notar que a partir de 1845 observamos os números mais baixos na série de casamentos. Uma razão para esta queda poderá estar na saída de muitos habitantes para a recém-fundada Hong Kong a partir de 1845, que se torna muito mais atrativa, segundo informação que nos é dada por Beatriz Bastos Silva (1998, p.113).

CAPÍTULO 4

Conclusões

Analisando as datas limite da série em estudo, 1773 e 1849, a ideia que se fica é que existiu uma estabilização populacional, existindo apenas um decréscimo de 10,2% entre estas datas, que para a realidade demográfica de Macau é aceitável. Na verdade, dissecando a série no seu todo, observamos algumas tendências sinalizadas ao longo do estudo: 1773-1804; 1804-1815; e 1815-1849. Sucede-se que os dois primeiros períodos são marcados por um decréscimo populacional, numa primeira fase mais moderado e posteriormente mais acentuado e por fim no último intervalo encontramos um crescimento mais razoável de habitantes. Não obstante, tendo em consideração a realidade macaense, tanto geográfica como demográfica, as variações nos números populacionais verificadas no território são relativamente aceitáveis, ainda que por vezes tenhamos subidas e descidas constantes com dois dígitos. Olhe-se, por exemplo, para o caso da freguesia de Santo António, em termos percentuais de 1823 para 1824 existe um acréscimo de 64,7%, mas em termos totais isso representa uma subida de 301 indivíduos. Ou seja, a análise deve ter em conta o universo populacional relativamente pequeno de Macau, que deixa o território vulnerável a estas bruscas variações nas estatísticas.

Se atribuirmos algum peso à afirmação de António Vale de que cerca de três quartos da população seria chinesa (2013, p. 69), poderíamos afirmar com algum nível de segurança que Macau seria uma das mais importantes cidades do Império Português. Tendo por base essa asserção, podemos atribuir, de acordo com os dados colhidos, que durante o período de estudo a cidade rondaria os 15 a 20 mil habitantes no seu total. Isto faria com que a mesma, de um ponto de vista populacional, se apresentasse como uma das mais importantes e relevantes cidades do contexto português, já que estes números estariam a par com que seria registado noutras cidades do reino, como Coimbra, Braga ou Évora, em princípios do século XIX (Serrão 1998, p.58-59; Veiga 2004, p.51). Isto é uma informação importante de reter para compreender o contexto demográfico da colónia. Apenas uma parte da população era contabilizada, mas no grande plano o território era lar de uma população relativamente numerosa para os parâmetros portugueses, daí também a importância dada ao território pelas autoridades.

Sobre a temática da categorização social existente na colónia, é importante ainda referir que os dados retirados dos mapeamentos apenas nos permitem garantir a existência de um reduzido número de classes. A maioria dos mapas apenas faz uma divisão muito crua da sociedade, apresentando apenas a população livre e não livre, inviabilizando a reconstituição dos grupos sociais realmente incluídos em

cada um deles. Sabe-se com algum nível de certeza que os estrangeiros não seriam contabilizados, como fora já referido, mas isto não nos dá muito com que trabalhar. O mesmo sucede ao nível da classificação etária da população que é muito estéril e apenas nos permite dizer de forma aproximada que a população de Macau seria relativamente jovem, o que não é algo impressionante para o período em estudo. Os dados etários para a população escrava também são poucos, seria interessante compreender, para além do sexo, qual seriam as classes etárias mais dominantes, se existia uma evolução ao longo do tempo (que poderia significar a manutenção dos escravos durante bastante tempo) ou se seria sobretudo jovem.

Ao nível da repartição entre sexos, contamos já com um bom manancial de dados. O que se destaca é, claramente, o elevado número de mulheres para cada homem dentro da colónia, tanto na população livre como na não livre. Neste campo Macau destaca-se das restantes colónias portuguesas, mesmo quando comparando com Goa ou Diu, que apresentam alguns elementos geográficos e sociais semelhantes ao território macaense. Durante todo o período a relação de sexos situa-se entre os 75 e os 50, logo, é sempre favorável ao sexo feminino. A razão para isso não é totalmente clara. Algumas hipóteses avançadas parecem justificar os dados na elevada mortalidade masculina ocorrida no comércio marítimo (Amaro, pp. 166-167). Novos estudos sobre a temática, provavelmente analisando o número de naufrágios de navios macaenses poderia justificar ou não esta ideia. Neste campo, uma análise dos róis de confessados de cada uma das freguesias poderia mostrar-nos outras tendências que não tivéssemos em conta no presente estudo. O que é certo é que efetivamente existia uma elevada quantidade de elementos do sexo feminino no território, ao ponto de ser considerado um flagelo social por vários autores da época. A mendicidade de crianças e mulheres parecia ser um problema real em Macau durante este período para o qual as autoridades eclesiásticas e as instituições de cariz social não tinham mãos a medir (Vale 2013, pp. 76-77). Este problema acabava por ser causa da dita direta elevada mortalidade masculina na colónia, dado que muitas famílias perderiam o sustento com a morte do patriarca.

O peso da população não livre também é um ponto de interesse. Dentro deste grupo podemos estabelecer três períodos com diferentes dados: 1773-1804; 1810-1816; e 1824-1849. No primeiro período a população não livre rondaria os 20% em quase todos os mapeamentos, no segundo intervalo ronda os 30%, chegando mesmo a alcançar os 40% da população total cristã, por fim, no último agrupamento voltamos a registar dados a rondar os 20%. Em primeiro lugar, constata-se assim que a população escrava era um importante grupo do efetivo demográfico colonial, sendo que durante o período intermédio (1810-1816) chega a constituir um terço da população contabilizada. Para o contexto macaense, uma colónia sem produções de relevo e em que a subsistência económica da residia na intermediação de trocas comerciais, a elevada quantidade de escravos seria sobretudo

utilizada no trabalho doméstico e possivelmente em locais de prostituição. Note-se nas críticas da Igreja relativamente ao comportamento dos homens portugueses, que teriam à sua disposição "haréns" de mulheres para usufruto sexual. O período em que este grupo alcança um maior relevo dentro da população de Macau coincide com o intervalo de tempo em que o declínio populacional geral é mais acentuado. Isto poderia levar-nos a crer que os escravos estariam sobretudo concentrados num conjunto de famílias ou indivíduos proeminentes de Macau que se mantêm no território no período em causa. (Vale 2013, pp. 70-71)

No que concerne à população chinesa acabam por existir mais dúvidas que certezas. A sua contagem não era apenas uma questão complexa a nível jurídico, mas igualmente do ponto de vista logístico, dado que era uma população muito móvel. Os numeramentos encontrados são poucos e imprecisos. Sabemos que o seu peso na população de Macau seria bastante elevado, António Vale (2013, p. 69) diz-nos que representariam cerca de 75% da população total, o que nos parece uma estimativa com um bom grau de veracidade tendo por base o que os dados captados nos apresentaram. Ao nível da estrutura etária ou razão de sexos simplesmente não possuímos dados para fazer esse tipo de representações e é pouco provável que alguma vez existam. Sabemos, no entanto, que se dedicavam sobretudo ao comércio, embora atividades de certa forma marginais como os bordéis constituídos por mulheres chinesas fossem parte do quotidiano do território.

Por fim e ainda dentro da população chinesa não se poderia ignorar os coolies. Trata-se de um grupo social complexo de definir, dado que o termo era usado para descrever emigrantes de todo o sudeste asiático. O envio de coolies por Macau teria tido o seu início ainda no século XVIII, tendo no início do século XIX sido enviados também para o Brasil (ainda uma colónia portuguesa à época) para o cultivo de chá (Cong e Seabra 2017). Durante as décadas de 1820 e 1830 as informações são escassas e apenas temos a informações relativas à década de 40, que parece ser o momento em que o tráfico se eleva qualitativamente. Porventura, é também o momento em que Hong Kong se forma no outro lado do estuário do Rio das Pérolas, mas pelos dados encontrados, Macau parece dominar o tráfico para a América de coolies durante a segunda metade do século XIX (Manso e Seabra 2019, p. 388). De um ponto de vista económico, este tráfico representava mais uma oportunidade económica para um punhado de elementos macaenses. O súbito aumento deste tráfico de humanos não é inocente no tempo, num período de marchas abolicionistas da escravatura, a contratação de coolies surge como uma forma de tentar limitar os efeitos do fim do esclavagismo (Manso e Seabra 2019, pp. 385-387). A sua passagem por Macau era curta, eram concentrados em barracões em preparação para o seu embarque para uma viagem feitas em condições desumanas (a quantidade de mortes era elevada como nos relatam Manso e Seabra 2019, pp. 387). Para o império português não parecem ter sido elementos particularmente relevantes nas sociedades coloniais, especialmente porque a colónia que

parecia captar mais chineses, o Brasil, havia obtido a sua independência há mais de duas décadas, ainda que seja de assinalar o envio de cules para as colónias em Moçambique e São Tomé e Príncipe (Gonçalves 2021; Nascimento 2004).

Em suma, este trabalho procurou trazer à luz novas informação sobre os numeramentos populacionais de Macau em finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX, dando continuidade a outros estudos já realizados. Essencialmente observa-se uma população que sofre uma quebra nas primeiras décadas do século, mas que até à década de 50 vai recuperar quase por completo. É um universo populacional contabilizado relativamente pequeno, mas inserido numa cidade com uma população razoavelmente grande para os padrões portugueses da época. Um dos pontos mais importantes deste estudo acabou por ser a confirmação do elevado peso percentual que tanto a população não livre tinha na população contabilizada, como na mesma população contabilizada existia uma elevada percentagem de mulheres (que acaba por ser verdade tanto por o grupo dos habitantes livres como os escravos). Ao nível da análise etária da população entende-se que a população seria relativamente jovem, pela grande concentração de população nesses mesmos escalões, ainda que isto deva ser analisado com o devido cuidado, dado que os escalões utilizados nos mapeamentos englobam faixas etárias largas.

Existem, não obstante, questões que ficam por responder. É possível que existam ainda por encontrar os mapas que possam completar a série que serviu de base a este estudo e que, nessa medida, poderão ajudar a responder a algumas das incógnitas. Outro tema que seria interessante dar continuidade é o da influência de Hong Kong. Com os dados apresentados observou-se que no final da série, pelo menos, o número de batismos, casamentos e óbitos apresenta uma ligeira descida no número de eventos. Será que isto se deve à saída de habitantes de Macau para Hong Kong? Se a tendência continuasse negativa, seria de assumir que sim, ou será que os dados se equilibram na década seguinte e se observa um aumento populacional de relevo em Macau? Dando, assim, argumentos para a passagem da colónia portuguesa para uma espécie de base de apoio à colónia britânica. Para isto seria, desde logo, importante obter dados relativos à década de 1850s. Também não esqueçamos que à medida que avançamos na série de dados, o número de escravos vai diminuindo (ainda que a população total não desça) ao ponto dos dados apresentados no último mapeamento sugerirem algum tipo de manipulação. Novamente, seria interessante obter dados para a década seguinte para observar até onde esta tendência se mantinha ou até mesmo se surge uma nova categorização social para tentar contornar o fim da escravatura.

Sobre a população chinesa poderia ser interessante tentar procurar mais fontes para empreender uma série de dados mais coesa para a primeira metade do século XIX, mas dada a

disparidade de dados encontrados, considero pouco provável que existam dados concretos para trabalhar como feito para a população cristã. É, no entanto, possível que existam mais mapeamentos com a inclusão da informação da população chinesa, mesmo que de forma arredonda, que assim tornaria possível criar uma séria mais completa. Passando para os coolies de Macau, este seria um tema que mereceria um estudo por si só. Efetivamente parece já existir alguma informação sobre o tema de fontes chinesas, mas que para o presente estudo não fomos capazes de as consultar.

Fontes

Fontes sobre Macau:

	Ano	Nome	Referência
1	**1773**	Resumo de todos os homens de Macau assim residentes, como embarcadiços. (?) e de todos os mais cristãos vassalos del Rei Nosso Senhor, comprovado com as certidões	AHU, CU, Macau, Cx. 6, Doc. 47
2	**1774**	Rol de gente da freguezia de St. António	AHU, CU, Macau, Cx. 6, Doc. 47
3	**1774**	Gente da Freguesia da Sé	AHU, CU, Macau, Cx. 6, Doc. 47
4	**1774**	Rol dos Fregueses da Freguesia de S. Lourenço desta Cidade de Macau	AHU, CU, Macau, Cx. 6, Doc. 47
5	**1791**	Mappa da População Christaã da Cidade de Macau	AHU, CU, Macau, Cx. 19, Doc. 17, R. 15
6	**1803**	Mapa da População da Cidade de Macao	AHU, CU, Índia, Cx. 413
7	**1804**	Mapa da População da Cidade de Macau	AHU, CU, Macau, Cx. 21, doc. 37
8	**1809**	Mappa Geral da Populaçaõ da Cidade de Macao	AHU, CU, Macau, Cx. 28, doc. 35, R. 22
9	**1810**	Mappa da População da Cidade de Macáo	AHU, CU, Índia, Cx. 425
10	**1811**	Mappa da População existente nesta Cidade no presente anno	AHU, CU, Índia, Cx. 424
11	**1813**	Mapa da população existente nesta cidade no presente ano	HAG, 198D, fl. 605 / AHU, CU, Índia, Cx. 430
12	**1813**	Mapa da População de Macau existente nesta Cidade e nobreza ao ano	AHU, CU, Macau, Cx. 35, Doc. 39
13	**1814**	Mappa da População desta Cidade	AHU, CU, Macau, Cx. 37, Doc. 79, R. 29
14	**1815**	Mapa da População desta Cidade	AHU, CU, Macau, Cx. 39, Doc. 8
15	**1816**	Mapa da População desta Cidade	AHU, CU, Macau, Cx. 40, Doc. 36
16	**1823**	População de Macáo em 1823	AHU, CU, Macau, Cx. 49, Doc. 25, R. 36
17	**1824**	Mapa da População de Macau neste ano de 1824	AHU, CU, Macau, Cx. 61, Doc. 25
18	**1827**	Mapa da População da Cidade de Macau neste ano de 1827	AHU, CU, Macau, Cx. 58, Doc. 34
19	**1830**	Mapa da População da Cidade de Macau	AHU, CU, Macau, Cx. 61, Doc. 25
20	**1831**	Cópia Mapa da População da Cidade de Macau	AHU, CU, Índia, Cx. 491
21	**1832**	Mapa da População da Cidade de Macau em o ano de 1832	AHU, CU, Índia, Cx. 491
22	**1835**	Mappa da População da Cidade de Macao 1835, dividido em differentes classes nelle aprestadas	AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx.0002
23	**1836**	Mapa da População da Cidade de Macao 1836	AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx.0002

24	**1837**	Mapa da População da Cidade de Macao 1837, dividido em differentes classes nelle apontadas	AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx.0004
25	**1838**	Mapa da População da Cidade de Macao 1838	AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx.0005
26	**1841**	Mapa da População da Cidade de Macao 1841	AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx.0009
27	**1842**	Mappa da População da Cidade de Macao do anno de 1842 dividido em differentes classes nelle apontadas	AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx.0011
28	**1843**	Mappa da População da Cidade de Macáo do anno de 1843 devidido em differentes classes nella apontadas	AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx.0012
29	**1844**	Mappa da População da Cidade de Macáo do anno de 1844 dividido em differentes classes nelle apontadas	AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx.0013
30	**1845**	Mappa da População da Cidade de Macáo do anno de 1845, dividido em differentes classes nelle apontadas.	AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx.0014
31	**1846**	Mappa da População da Cidade de Macao do anno de 1846 dividida em differentes classes nelle apontadas	AHU - ACL - SEMU - DGU - 005, Macau, cx.0015
32	**1849**	Visconde de Castelões, Relatório do Ministério dos Negócio da Maria e Ultramar, Lisboa, Imprensa Nacional, 1850 (sem paginação)	

Fontes sobre Goa:

Ano	Nome	Referência
1787	População em 1787	AHU, CU, Índia, Cx 379
1819	População em 1819	AHU, CU, Índia, Cx 447
1828	Resumo de toda população dos Estados da India no anno de 1828	AHU, CU, Índia, Cx 478.

Referências Bibliográficas

AMARO, Ana Maria. *Das cabanas de palha às torres de betão: assim nasceu Maca*u. Lisboa: ISCSP: Livros do Oriente, 1998. ISBN 9729418489.

BOXER, C. R. *O Império Marítimo Português, 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 2017. ISBN 9789724416021.

CASCÃO, Rui. Demografia e Sociedade. História de Portugal – O Liberalismo (1807-1890). Em: José MATTOSO, dir. *História de Portugal: O Liberalismo, vol. 5*, por Luís Reis TORGAL e João Lourenço Roque. Editorial Estampa, 1998, pp. 365-377. ISBN 9723313103.

CLARENCE-SMITH, Gervase. *The third Portuguese empire 1825-1975: a study in economic imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1985. ISBN 071901719X.

CONG, Liu e SEABRA, Leonor Diaz de. O Tráfico de Cules através do Porto de Macau. Em: *Revista de Cultura* [Em linha]. Macau: Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, 2017, 55, pp. 21-41 [consult. 2025-02-09]. ISSN 1682-1106. Disponível em: https://www.icm.gov.mo/rc/viewer/pdfViewerParts/40055/2287

DIAS, Alfredo Gomes. Do tráfico de escravos à emigração dos Cules. Em: *Revista de Humanidades e Tecnologias* [Em linha]. 2001, 4/5, pp. 109-117 [consult. 2025-02-15]. Disponível em: http://hdl.handle.net/10437/2422

FIGUEIREDO, Fernando. A Conjuntura Política: depois de Hong Kong. Em: A. H. de OLIVEIRA MARQUES, dir. História dos Portugueses no Extremo Oriente: 3.º Volume Macau e Timor. Do Antigo Regime à República. Lisboa: Fundação Oriente, 2000, vol. 3, pp. 35-92. ISBN 9727850170.

FIGUEIREDO, Fernando. Os Vectores da Economia. Em: A. H. de OLIVEIRA MARQUES, dir. *História dos Portugueses no Extremo Oriente: 3.º Volume Macau e Timor. Do Antigo Regime à República*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000, vol. 3, pp. 93-298. ISBN 9727850170.

FLORES, Jorge Manuel. Os Anos da «Gestação». Em: A. H. de OLIVEIRA MARQUES, dir. *História dos Portugueses no Extremo Oriente: 1.º Volume, Tomo II De Macau à Periferia Séculos XVI-XVII*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000, vol. 1, tomo 2, pp. 151-178. ISBN 9727850057.

GOMES, Luís Gonzaga. A destruição da esquadra de Kam-Pau-Sai [Em linha]. Em: RC: Revista de Cultura, 1987 [consult. 2025-02-08]. Disponível em: https://www.icm.gov.mo/rc/viewer/30003/1438

GONÇALVES, Paulo Cesar. Operários chineses em Moçambique. O engajamento de trabalhadores sob contrato no Império português (1857-1859). Em: Marcos Nestor STEIN, ed., Revista Brasileira de História [Em linha]. São Paulo: ANPUH, 2021, vol. 41, n.º 87, pp. 305-329 [consult. 2025-02-15]. ISSN 1806-9347. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-15

GUIMARÃES, Ângela. A Conjuntura Política: antes de Hong Kong. Em: A. H. de OLIVEIRA MARQUES, dir. *História dos Portugueses no Extremo Oriente: 3.º Volume Macau e Timor. Do Antigo Regime à República*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000, vol. 3, pp. 11-34. ISBN 9727850170.

HAW, Stephen G. *História da China*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2019. ISBN 9789896712938.

HESPANHA, António Manuel. *Filhos da Terra – Identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2019. ISBN 9789896714765.

LUCAS, Maria Manuela. Organização do Império. Em: José MATTOSO, dir. *História de Portugal: O Liberalismo*, vol. 5, por Luís Reis TORGAL e João Lourenço Roque. Editorial Estampa, 1998, pp. 245-266. ISBN 9723313103.

MADDISON, Angus. *The World Economy: A Millennial Perspective*. Paris: OECD Publications, 2001. ISBN 9789264186088.

MATOS, Artur Teodoro de, e SALDANHA, António Vasconcelos de. *Fontes Históricas sobre Macau no Arquivo Histórico de Goa. Séculos XVI a XIX: Um Catálogo*. Macau: Universidade de Macau, 2021. ISBN 9789996511462.

MATOS, Paulo Teodoro de. The Population of the Portuguese Estado da Índia, 1750-1820: Sources and Demographic Trends. Em: Laura JARNAGIN, ed. *Portuguese and Luso-Asian Legacies in Southeast Asia, 1511-2011: The Making of the Luso-Asian World: Intricacies of Engagement*. Singapura: ISEAS-Yusof Ishak Institute, 2011, vol. 2, pp. 155-177. ISBN 9789814345255.

MATOS, Paulo Teodoro de. Population Censuses in the Portuguese Empire, 1750-1820: Research Notes. Em: *Romanian Journal of Population Studies* [Em linha]. Cluj-Napoca: Babes-Bolyai University, 2013, vol. 7, 1, pp. 5-26 [consult. 2025-02-09]. ISSN 1843-5998. Disponível em: https://www.academia.edu/92982125/Population_Censuses_in_the_Portuguese_Empire_1750_1820_Research_Notes

MATOS, Paulo Teodoro de. Imaginar, contar e descrever as populações coloniais portuguesas. 1776-1875: notas de uma pesquisa em Curso. Em: *Revista Brasileira de Estudos de População* [Em linha]. Belo Horizonte: Rebep, 2017, vol. 34, 3, pp. 635-648 [consult. 2025-02-09]. ISSN 0102-3098. Disponível em: https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0030

MATOS, Paulo Teodoro de. Portuguese Colonial Cities on the Atlantic Coasts: A Demographic Study, 1776-1809. Em: *e-Journal of Portuguese History* [Em linha]. Providence: Brown University Library, 2024, vol. 21, 1, pp. 133-172 [consult. 2025-02-09]. ISSN 1645-6432. Disponível em: https://doi.org/10.26300/cvy3-3k85

MIRANDA, Susana Münch. Os Circuitos Económicos. Em: A. H. de OLIVEIRA MARQUES, dir. *História dos Portugueses no Extremo Oriente: 2.º Volume Macau e Timor. O declínio do Império*. Lisboa: Fundação Oriente, 2001, vol. 2, pp. 261-288. ISBN 9727850286.

MIRANDA, Susana Münch, e SERAFIM, Cristina Seuanes. População e Sociedade. Em: A. H. de OLIVEIRA MARQUES, dir. *História dos Portugueses no Extremo Oriente: 2.º Volume Macau e Timor. O declínio do Império*. Lisboa: Fundação Oriente, 2001, vol. 2, pp. 229-257. ISBN 9727850286.

NASCIMENTO, Augusto. A passagem dos coolies por S. Tomé e Príncipe. Em: *Arquipélago História* [Em linha]. 2ª série, vol. 8. Universidade dos Açores, 2004, pp. 77-111 [consult. 2025-09-17]. ISSN 0871-7664. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.3/398

OLIVEIRA, João Carlos Oliveira. Sociedade e Quotidiano. Em: A. H. de OLIVEIRA MARQUES, dir. *História dos Portugueses no Extremo Oriente: 3.º Volume Macau e Timor*. Do Antigo Regime à República. Lisboa: Fundação Oriente, 2000, vol. 3, pp. 313-480. ISBN 9727850170.

PAIVA, Diogo. The Population of Daman and Diu (1785-1820). Em: *Anais de História de Além-Mar XVI* [Em linha]. Vol. 16. Lisboa: CHAM, 2015, pp. 151-180. ISSN 0874-9671. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/aham/issue/view/1808

PTAK, Roderich. Sino-Portuguese Relations, circa 1513/1514-1550's. Em: Jorge M. dos Santos ALVES, coord. *Portugal e a China. Conferências no II Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (Séculos XVI-XIX)*. Lisboa: Fundação Oriente, 1998, pp. 19-37. ISBN 9729440211.

RATO, Diana. The Population of Macau, 1770s-1820s. Em: *Anais de História de Além-Mar XVI* [Em linha]. vol.16. Lisboa: CHAM, 2015, pp. 181-204. ISSN 0874-9671. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/aham/issue/view/1808

SEABRA, Leonor Diaz de, e MANSO, Maria de Deus Beites. Escravatura, concubinagem e casamento em Macau: séculos XVI-XVIII. Em: Jocélio Teles dos SANTOS, e Florentina SOUZA, eds. *Afro-Ásia* [Em linha]. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2014, 49, pp. 105-133 [consult. 2025-02-09]. ISSN 002-0591. Disponível em: https://www.scielo.br/j/afro/a/5xRMvfvVgd3kQ4Lt9gLGsQC/

SEABRA, Leonor Diaz de, e MANSO, Maria de Deus Beites. Novos escravos no século XIX: breves notas sobre o tráfico de cules de Macau para a América Ibérica. Em: Maria do Rosário PIMENTEL e Maria do Rosário MONTEIRO, coords. *Senhores e Escravos nas Sociedades Ibero-Atlânticas* [Em linha]. Lisboa: CHAM, 2019, pp. 379-392 [consult. 2025-02-09]. ISBN 9789898492760. Disponível em: http://hdl.handle.net/10174/26646

SERAFIM, Cristina Seuanes. (2001) Organização Política e Administrativa. Em: A. H. OLIVEIRA MARQUES, dir. *História dos Portugueses no Extremo Oriente: 2.º Volume. Macau e Timor. O declínio do Império*. Lisboa: Fundação Oriente, 2001, vol. 2, pp. 291-342. ISBN 9727850286.

SERRÃO, José Vicente. Macau. Em: Valentim ALEXANDRE e Jill DIAS, coords. *O Império Africano, 1825-1890*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 719-765. ISBN 9789723314052.

SERRÃO, José Vicente. O Quadro Humano. Em: MATTOSO, José. *História de Portugal: O Antigo Regime. Vol. 4*, por António Manuel HESPANHA. Editorial Estampa, 1998, pp. 43-66. ISBN 9723313111.

SILVA, Beatriz Bastos, *Cronologia da História de Macau 3º Volume*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1995. ISBN 9728091109.

VALE, António M. Martins. *Os Portugueses em Macau (1750-1800): degredados, ignorantes e ambiciosos ou fiéis vassalos d'el-rei?*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1997. ISBN 972801323X.

VALE, António. Macau: Os Eventos Políticos. 2. Em: A. H. de OLIVEIRA MARQUES, dir. *História dos Portugueses no Extremo Oriente: 2.º Volume Macau e Timor. O declínio do Império*. Lisboa: Fundação Oriente, 2001, vol. 2, pp. 157-228. ISBN 9729440816.

VALE, António. 3. Macau. Em Joel SERRÃO e A. H. de OLIVEIRA MARQUES, dir. *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Oriental (1660-1820) (Volume V – Tomo 2)*. Tomo 2, por Maria de Jesus dos Mártires Lopes, coord. Lisboa: Editorial Estampa, 2006, pp. 333-391. ISBN 9723323141.

VALE, António. A sociedade macaense no antigo regime. Em: *Povos e Culturas* [Em linha]. LISBOA: CEPCEP, 2013, 17, pp. 65-92 [consult. 2025-02-09]. ISSN 0873-5921. Disponível em: https://doi.org/10.34632/povoseculturas.2013.8924

VEIGA, Teresa Rodrigues. *A População Portuguesa no Século XIX*. Porto: CEPESE e Edições Afrontamento, 2004. ISBN 972360700X.

Iconografia

BAKER, Benjamim. A Plan of the city and harbour of Macao: a colony of the Portugueze, situated at the southern extremity of the Chinese Empire in Lat. 22 º12’44” N., long. 113º35’0” east of Greenwich [imagem]. Library of Congress [consult. 2025-09-16]. Disponível em https://www.loc.gov/resource/g7823m.ct000568/

Google. Vista aérea de Macau [imagem]. Mountain View, CA: Google Inc., 2025 [consult. 2025-09-16]. Disponível em: https://earth.google.com

Mapa da População da Cidade de Macau, 1803 [Imagem]. Counting Colonial Populations The Demography and the uses of statistics in the Portuguese Empire, 1776 - 1875 [consult. 2026-03-10]. Disponível em: https://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/

Mappa da População da Cidade de Macao 1843 [Imagem]. Counting Colonial Populations The Demography and the uses of statistics in the Portuguese Empire, 1776 - 1875 [consult. 2026-03-10]. Disponível em: https://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/

Anexos

Anexo A – População Cristã de Macau por Freguesia, 1773-1849

Ano	Total Populacional	Freguesia da Sé			Freguesia de São Lourenço			Freguesia de Santo António			População não localizada	
		N	% do total populacional	Taxa de crescimento (em %)	N	% do total populacional	Taxa de crescimento (em %)	N	% do total populacional	Taxa de crescimento (em %)	N	% do total populacional
1773	5.107											
1774	4.927	2.114	42,9%		1.792	36,4%		1.021	20,7%			
1791	4.851	2.178	44,9%	3,0%	1.726	35,6%	-3,7%	719	14,8%	-29,6%	228	4,7%
1803	4.771	2.513	52,7%	15,4%	1.703	35,7%	-1,3%	555	11,6%	-22,8%		
1804	4.771	2.484	52,1%	-1,2%	1.705	35,7%	0,1%	582	12,2%	4,9%		
1809	4.564	1.910	41,8%	-23,1%	1.724	37,8%	1,1%	563	12,3%	-3,3%	367	8,0%
1810	4.370	1.992	45,6%	4,3%	1.575	36,0%	-8,6%	803	18,4%	42,6%		
1811	3.960	1.968	49,7%	-1,2%	1.392	35,2%	-11,6%	600	15,2%	-25,3%		
1813	4.053	1.973	48,7%	0,3%	1.402	34,6%	0,7%	678	16,7%	13,0%		
1813	3.999	1.919	48,0%	-2,7%	1.402	35,1%	0,0%	678	17,0%	0,0%		
1814	4.224	2.290	54,2%	19,3%	1.459	34,5%	4,1%	475	11,2%	-29,9%		
1815	3.788	1.822	48,1%	-20,4%	1.393	36,8%	-4,5%	573	15,1%	20,6%		
1816	4.300	2.233	51,9%	22,6%	1.377	32,0%	-1,1%	690	16,0%	20,4%		
1823	4.577	2.130	46,5%	-4,6%	1.720	37,6%	24,9%	465	10,2%	-32,6%	262	5,7%
1824	4.555	2.253	49,5%	5,8%	1.536	33,7%	-10,7%	766	16,8%	64,7%		
1827	5.103	2.511	49,2%	11,5%	1.723	33,8%	12,2%	869	17,0%	13,4%		
1830	4.395	1.987	45,2%	-20,9%	1.474	33,5%	-14,5%	934	21,3%	7,5%		
1831	4.419	2.051	46,4%	3,2%	1.454	32,9%	-1,4%	914	20,7%	-2,1%		
1832	5.362	2.146	40,0%	4,6%	1.579	29,4%	8,6%	1.637	30,5%	79,1%		
1835	4.804	1.988	41,4%	-7,4%	1.980	41,2%	25,4%	836	17,4%	-48,9%		
1836	4.813	1.949	40,5%	-2,0%	2.016	41,9%	1,8%	848	17,6%	1,4%		
1837	4.743	1.880	39,6%	-3,5%	2.028	42,8%	0,6%	835	17,6%	-1,5%		
1838	4.876	1.914	39,3%	1,8%	2.047	42,0%	0,9%	915	18,8%	9,6%		
1841	4.788	1.793	37,4%	-6,3%	2.050	42,8%	0,1%	945	19,7%	3,3%		
1842	4.776	1.684	35,3%	-6,1%	2.102	44,0%	2,5%	990	20,7%	4,8%		
1843	5.235	1.987	38,0%	18,0%	2.240	42,8%	6,6%	1.008	19,3%	1,8%		
1844	5.192	1.945	37,5%	-2,1%	2.273	43,8%	1,5%	974	18,8%	-3,4%		
1845	5.095	1.872	36,7%	-3,8%	2.278	44,7%	0,2%	945	18,5%	-3,0%		
1846	4.999	1.842	36,8%	-1,6%	2.287	45,7%	0,4%	870	17,4%	-7,9%		
1849	4.587	1.978	43,1%	7,4%	1.794	39,1%	-21,6%	815	17,8%	-6,3%		

Anexo B – Clero secular e regular em Macau, 1773-1823

Ano	Clero Secular	Clero Regular	Total
1773	28	50	78
1774	28	-	28
1791	26	91	117
1809	34	51	85
1823	22	61	83